

Aumenta pressão pelo fim da concessão

Apagão expõe em SP descaso e abuso da 'privatizada' Enel



Alckmin, Tátaba e Datena dão apoio a Boulos

O vice-presidente da República e ex-governador de SP, Geraldo Alckmin (PSB), anunciou seu apoio a Guilherme Boulos no segundo turno das eleições em São Paulo, depois de apoiar Tabata Amaral (PSB) no primeiro turno. Alckmin publicou em suas redes sociais uma foto de Lula e Boulos se cumprimentando e escreveu: "Ao lado do presidente Lula, por São Paulo e com Guilherme Boulos 50". Boulos também recebeu o apoio de Tabata e Datena, que foram candidatos à Prefeitura. **Págs. 3 e 4**

Brasil escorraçou o fascismo mais degenerado ao derrotar Marçal

Alguns resultados das eleições municipais do domingo (6), como a vitória em primeiro turno do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), sobre o bolsonarista Ramagem (PL), e a do atual prefeito de Recife, João Campos (PSB), de lavada, parecem ser sintomas de que o país está em busca de boas alternativas para o seu futuro. Mas um dos fatos mais significativos dessas eleições foi a derrota em SP da versão mais degenerada do fascismo, na figura do marginal Pablo Marçal. **Página 3**

Submisso a EUA, governo alemão deixa país 2 anos sem o gás russo e em recessão

A economia da Alemanha, a maior da União Europeia (UE), irá se contrair pelo segundo ano consecutivo devido ao corte no fornecimento do gás e do petróleo russos. Preços da energia dispararam e provocaram agravamento da crise, reconheceu o Ministério da Economia. **Página 7**

HORA DO POVO
ANO XXXV - Nº 3.975 16 a 22 de Outubro de 2024

REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

No terceiro dia sem luz, Boulos diz que SP passa por 'apagão de prefeito'

Após temporal na noite de sexta-feira (11), cerca de 900 mil clientes da capital paulista e cidades da Grande São Paulo ainda continuavam sem energia elétrica até as 8h do domingo (13), de acordo com a Enel, que presta o serviço privatizado.

No terceiro dia sem luz e sem providências da Prefeitura, o candidato a prefeito Guilherme Boulos, afirmou que além da falta de luz, São Paulo vive um apagão de prefeito. Diante da demora e do descaso, autoridades pressionam e defendem a suspensão do contrato de concessão com a Enel. **Página 4**

Lula repudia intromissão dos EUA na compra de caças pelo Brasil



Na segunda, Netanyahu bombardeou a região de maioria cristã em Aitou, no Líbano, matando 21 pessoas

Israel bombardeia missão de paz da ONU no Líbano

Israel sofreu uma contundente condenação da comunidade internacional por ter atacado na quarta-feira (9) três bases da missão de paz da ONU localizada na fronteira líbano-israelense

e denominada Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). A agressão feriu dois indonésios integrantes da força da ONU (capacetes azuis) que tiveram de ser hospitalizados. Em uma

"grave violação do direito humanitário internacional", afirmou a Unifil, um tanque Merkava das tropas de extermínio de Netanyahu disparou "deliberadamente" contra a torre de observação

do quartel-general da missão em Naqoura, também "danificando a iluminação, veículos e uma estação de transmissão". Além disso, um drone dos israelenses foi visto sobrevoando o local. **Página 6**

O presidente Lula contestou na sexta-feira (11) o que ele chamou de intromissão do governo americano na compra pelo Brasil dos caças Gripen da empresa sueca Saab. "Eu acho que um pedido de informações dos Estados Unidos é intromissão dos EUA em uma coisa de outro país. É descabida essa informação", disse Lula em entrevista à rádio CBN/O Povo, de Fortaleza. O processo de compra dos caças foi iniciado no segundo governo Lula. "Os americanos não gostaram quando eu disse que ia comprar o Rafale, queriam que eu comprasse os aviões deles", disse o presidente. **P. 3**

'Austeridade e popularidade', escreve Kliass

"A experiência tem comprovado que os resultados sociais e políticos provocados pela combinação austericida de juros elevados com estrangulamento orçamentário só beneficia os setores do parasitismo financeiro", escreve o economista Paulo Kliass. Para Kliass, ainda há tempo para que Lula "opere uma mudança de linha e de rota com vistas a recuperar a credibilidade da maioria da população e prepare as forças progressistas para o grande embate eleitoral" daqui a 2 anos. **Página 2**

Caem as vendas do comércio no mês de agosto

Com juros altos e demanda fraca, o volume de vendas do comércio varejista recuou 0,3% em agosto deste ano, na comparação com julho (0,6%), na série com ajuste sazonal, informou o IBGE, na quinta-feira (10). Na média móvel trimestral o setor também ficou negativo: -0,2%. **Pág. 2**

Bioengenharia chinesa avança contra doenças imunes

Austeridade e popularidade

“A experiência tem comprovado que os resultados sociais e políticos provocados pela combinação austericida de juros elevados com estrangulamento orçamentário só beneficia os setores do parasitismo financeiro”

PAULO KLIASS*

A proximidade do processo das eleições municipais acabou por deixar um pouco à margem nos grandes meios de comunicação o debate a respeito da perda de popularidade do Presidente Lula e da avaliação de seu governo. É compreensível que a emergência e a polarização do pleito nas mais de 5.700 cidades terminem por colocar essa questão em segundo plano na agenda política. No entanto, como haverá segundo turno em menos de 100 destes locais, é provável que o debate a respeito da contradição entre a realidade exibida pelas estatísticas oficiais de economia e a popularidade em queda passe a merecer mais espaço na imprensa.

A dúvida que se coloca é a respeito de quais são as razões que poderiam explicar a incapacidade de as pesquisas de opinião pública captarem algum sentimento mais efetivo de melhora da percepção da maioria da população quanto aos aspectos supostamente positivos da política econômica comandada por Fernando Haddad. Afinal, os números de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2023 superaram – e muito! – as expectativas apresentadas pela Pesquisa Focus encomendada pelo Banco Central (BC). O problema é que ali são representadas as opiniões de apenas 171 presidentes e dirigentes de empresas do financismo, todos eles criteriosos e rigorosamente selecionados para responder ao questionário do órgão encarregado pela fiscalização e pela regulamentação do próprio sistema financeiro. O resultado é um misto de torcida uniformizada com chantagem contra propostas que possam contrariar os interesses do setor.

No começo do ano passado, esse pessoal dizia que o PIB não iria crescer mais do que 0,8% ao longo dos 12 meses. Como sempre, a nata da banca privada confundia mais uma vez seus desejos contra o governo que havia derrotado o candidato apoiado por eles nas eleições de outubro de 2022 com algum lampejo de análise objetiva da realidade econômica. Com isso, eles foram mais uma vez desmoralizados com a divulgação do resultado oficial do IBGE, que registrou um crescimento de 2,9% no PIB para o ano passado. Um dos fatores que contribuíram para esse quadro foram as despesas públicas e os investimentos estatais garantidos pela negociação da PEC da Transição, quando o novo governo conseguiu recursos orçamentários para executar parte de seus compromissos anunciados durante a campanha eleitoral. Ou seja, exatamente o oposto da austeridade fiscal burra e cega que os representantes da banca propõem o tempo todo.

HADDAD: INSISTÊNCIA CEGA NA AUSTERIDADE FISCAL

Para o ano atual há uma tendência de manutenção do mesmo ritmo de elevação do PIB. Ao longo dos meses o governo e os próprios representantes do assim chamado “mercado” foram elevando suas projeções. Nos primeiros meses, estes últimos projetavam uma elevação de apenas 1,60% para o final do presente ano. Mas o povo da Faria Lima terminou por aceitar a realidade e reajustou suas projeções. Atualmente, o próprio Ministério da Fazenda refez seus cálculos e passou a trabalhar com uma expectativa de 3,2% para o encerramento de 2024. Para tentar surfar nessa onda de boas novidades para o chefe, o pessoal da área da economia tenta empalmar a narrativa de que tais resultados só estão surgindo por conta da rigidez com que Haddad vem tratando a questão da austeridade fiscal. Ocorre que a verdade é bem oposta: essa melhoria está ocorrendo apesar das regras da austeridade.

Na área do emprego as informações divulgadas pelos órgãos governamentais também apresentam um quadro interessante. Confirma-se uma tendência de redução do desemprego, que atingiu seu nível histórico mais baixo segundo os dados do IBGE. No segundo trimestre deste ano a chamada taxa de desocupação atingiu 6,8% do total da população economicamente ativa (PEA). Trata-se da menor taxa jamais registrada para esse período nos últimos 10 anos. Ocorre que há problemas associados à metodologia utilizada pelo órgão. O questionário pergunta se o indivíduo procurou emprego durante os últimos 30 dias. Como há muita gente desempregada por um período mais longo de tempo e que desistiu de procurar um posto de trabalho, geralmente os dados são subdimensionados.

INFLAÇÃO E PRECARIIDADE NO EMPREGO: POPULARIDADE DE LULA EM BAIXA

Esse é o fenômeno que gera um contingente conhecido como “população desalentada”. Afinal, procurar emprego, particularmente em cidades com características metropolitanas, custa dinheiro. E as pessoas terminam desistindo depois de muitas tentativas infrutíferas. Esta é a razão pela qual os indicadores de entidades como o DIEESE, por exemplo, apontam taxas de desemprego bem mais elevadas do que a oficial. Na pesquisa que a enti-

dade mantida pelo movimento sindical realiza para o DF, por exemplo, o desemprego se aproxima de 15% da PEA.

Além disso, os dados do IBGE apontam um crescimento da informalidade nas posições ocupadas. As sucessivas mudanças introduzidas na legislação trabalhista nos governos Temer e Bolsonaro, com vistas a retirar direitos dos assalariados, mascararam a realidade do mercado de trabalho. As pessoas estão empregadas, mas em condições de elevada precariedade e, por vezes, recebendo até mesmo uma remuneração mensal inferior a um salário mínimo. Esse fato pode ser captado também pelo contingente da população subutilizada. São 18,5 milhões de pessoas que gostariam de trabalhar mais horas do que estão conseguindo atualmente em sua jornada laboral.

Outro aspecto que poderia eventualmente contribuir para melhorar a avaliação do governo refere-se à redução da taxa de crescimento dos preços. Em 2022, o IPCA registrou um acumulado de 5,6%. Em 2023, a inflação oficial registrou 4,6%. Atualmente, o acumulado de 12 meses até agosto aponta 4,2% e uma projeção para encerramento do ano em um patamar ainda mais elevado. Por outro lado, a desagregação dos preços em grupos aponta para crescimento acima da média em itens de maior sensibilidade, tais como alimentação (4,59%), transportes (4,53%), saúde (5,70%), despesas pessoais (4,45%) e educação (6,91%). Isso significa que todo o esforço realizado pelo arrocho monetário não tem conseguido reduzir de forma significativa a inflação para a meta claramente irrealizável de 3% ao ano. Por isso teria sido fundamental o Conselho Monetário Nacional (CMN) ter se rendido às evidências da realidade e ter promovido uma alteração na meta oficial para o crescimento dos preços. Mas Fernando Haddad se opôs radicalmente a tal iniciativa.

POVO NÃO COME PIB!

Ora, tudo leva a crer que a combinação oferecida por um crescimento não expressivo do PIB e uma inflação persistente em setores que mais pesam no bolso da população de baixa renda não tem logrado arrefecer o descontentamento com a situação de dificuldades vivenciadas nos setores da base de nossa pirâmide da desigualdade. Afinal, ao longo da última década, o crescimento do Produto Interno foi pífio. Entre 2015 e 2024 registrou-se um índice acumulado de 5,7% – o que corresponde a pouco mais de 0,5% por ano. Para se ter uma ideia da ordem de grandeza, o crescimento populacional observado ao longo dos mesmos 10 anos foi de 4,4%. Na verdade, foi uma década de semi-estagnação da economia de forma geral. Ou seja, por mais que neste mesmo intervalo de tempo tenha havido 6 anos entre Temer e Bolsonaro, o fato é que existe um limite de aceitação de situações de infortúnio por parte da maioria da população.

O resultado do primeiro turno das eleições municipais pode ser analisado também por essa ótica. Como dizia a querida e saudosa mestra, a professora e economista Maria Conceição Tavares, o povo não come PIB. Isso significa que, com toda a certeza, as políticas de austeridade fiscal e de arrocho monetário levadas a cabo pela área econômica não têm contribuído para que o eleitorado avalie de forma positiva ou compreensiva o governo. Pelo contrário, o que as pesquisas de opinião têm demonstrado é uma insatisfação com o desempenho de Lula e de seu governo.

LULA PRECISA REDEFINIR OS RUMOS DE SEU GOVERNO

Estamos nos aproximando da metade de seu terceiro mandato. Ainda existe tempo para que o Presidente opere uma mudança de linha e de rota com vistas a recuperar a credibilidade da maioria da população e prepare as forças progressistas para o grande embate eleitoral que deverá ocorrer em 2026. Caso ele opte pela manutenção do “mais do mesmo” no que se refere à condução da política econômica pautada pela austeridade fiscal é bem provável que assistamos a um aumento das dificuldades políticas para sua própria reeleição. Afinal, a experiência tem comprovado que os resultados sociais e políticos provocados pela combinação austericida de juros elevados com estrangulamento orçamentário só beneficia os setores do parasitismo financeiro.

Para recuperar as bases de uma popularidade de seu segundo mandato, quando encerrou o governo com índices superiores a 80%, Lula precisará realizar mudanças que podem até desagradar parte das elites do financismo. Mas quem decide as eleições são as dezenas de milhões de cidadãos que aguardam os efeitos positivos de um governo desenvolvimentista e comprometido com programas sociais voltados à maioria.

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal



Luz mais cara eleva IPCA em setembro

Em setembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,44%, um resultado alavancado, principalmente, pelo aumento da energia elétrica residencial, que saiu de -2,77% em agosto para 5,36%, por conta da bandeira tarifária vermelha patamar 1. Os números do IPCA de setembro foram divulgados nesta quarta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os preços dos alimentos também tiveram um impacto importante para o resultado geral da inflação. O grupo Alimentação e bebidas subiu 0,50% no período, na esteira do aumento dos preços da alimentação do domicílio, que teve alta de 0,56%, após dois meses consecutivos de queda.

No acumulado deste ano até setembro, o IPCA varia em alta de 3,31% e, nos últimos 12 meses ficou em 4,42%. Em agosto, o IPCA registrou deflação de 0,02%.

Apesar do resultado de alta, o IPCA segue demonstrando que a inflação no Brasil está comportada e, em relação às projeções do mercado financeiro, novamente abaixo do esperado (0,46%) pelas instituições financeiras que pressionam pelo aumento dos juros pelo Banco Central.

“JUROS NÃO FAZ CHOVER”

Ao comentar o resultado do IPCA, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou como “temporário” o aumento da inflação em setembro, já que o indicador captou o clima desfavorável das secas que têm impactado os preços da energia e dos alimentos. Para o ministro, a situação climática atual deve ser considerada pelo Banco Central em suas análises sobre a Selic (taxa básica de juros), “já que isso não tem a ver com juro, juro não faz chover”, afirmou o ministro Haddad a jornalistas.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/com-disparada-na-conta-de-luz-ipc-a-sobe-para-044-em-setembro/>



“As pessoas estão empregadas, mas em condições de elevada precariedade e, por vezes, recebendo até mesmo uma remuneração mensal inferior a um salário mínimo”

Vendas do comércio recuam em agosto

Com juros elevados e demanda fraca, setor recua -0,3% no comércio varejista restrito e -0,8% no varejo ampliado, diz IBGE

O volume de vendas do comércio varejista recuou 0,3% em agosto deste ano, na comparação com julho (0,6%), na série com ajuste sazonal, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quinta-feira (10). Na média móvel trimestral o setor também marcou saldo negativo em suas vendas, queda de -0,2% no trimestre encerrado em agosto.

Ainda na modalidade do varejo restrito, sete das oito atividades pesquisadas pelo IBGE mostraram retração em suas vendas frente ao mês imediatamente anterior: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-3,9%), Livros, jornais, revistas e papeleria (-2,6%), Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-2,0%), Móveis e eletrodomésticos (-1,6%), Tecidos, vestuário e calçados (-0,4%), Combustíveis e lubrificantes (-0,2%) e Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,1%). Do lado positivo, ficou apenas Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (+1,3%).

VAREJO AMPLIADO

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção, entre outros, o volume de vendas caiu 0,8% em agosto na comparação com julho, época em que não houve crescimento nas vendas (0%). Na média móvel trimestral esta modalidade do varejo está em -0,1% em baixa.

Em agosto, a atividade de Veículos e motos, partes e peças caiu -5,2%, ante ao mês imediatamente anterior. Já o setor de Material de construção obteve uma variação de crescimento de apenas 0,3%.

A queda das vendas do comércio varejista brasileiro está ligada, principalmente, a setores sensíveis ao ambiente de crédito no Brasil. Frente ao nível de inflação baixa que vivenciamos em 2024, o Banco Central (BC) segue estabelecendo juros altos, via aumento da taxa básica (Selic), hoje em 10,75%, encarecendo o crédito ao tomador para inibir o consumo de bens e

serviços no Brasil, com o pretexto de combate à inflação.

O Brasil é o segundo maior pagador de juros reais do mundo (descontada a inflação), com uma taxa de juros próxima dos 7% ao ano, o que promove estímulos a aplicações financeiras, por um lado, mas que desestimula os investimentos produtivos pelo outro e o consumo das famílias.

Entre janeiro e agosto de 2024, o comércio varejista acumula um crescimento de 5,1%. Frente a agosto de 2023, a alta é de 5,1%, enquanto o acumulado nos últimos 12 meses, cresceu 4,0%.

Todos esses resultados sem ajuste sazonal, ou seja, sem o devido cálculo usado para compensar os efeitos sazonais típicos e atípicos que geralmente incidem sobre os dados, alterando ou modificando a trajetória das séries estatísticas. Também na série sem ajuste sazonal, o varejo ampliado cresceu 3,1% na comparação com agosto de 2023. No acumulado do ano está em alta de 4,5% e, em 12 meses, marca um avanço de 3,7%.

Aumento do juro atinge produção industrial paulista, aponta IEDI

“Com participação importante de bens duráveis, seja para consumo, seja para investimento, é de se esperar que a produção paulista se mostre mais vulnerável à fase recente de aumento das taxas de juros pelo BC”

A produção industrial recuou em 10 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto. Os dados regionais foram divulgados nesta terça-feira (08), detalhando o resultado geral do mês, quando a produção ficou estagnada: 0,1% frente a julho.

As perdas mais intensas foram registradas no Pará (-3,5%), Paraná (-3,5%) e Rio Grande do Sul (-3,0%) e Pernambuco (-2,2%). De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), o principal destaque negativo vem, sobretudo, de São Paulo, o maior parque industrial do país e que em agosto registrou a segunda queda mensal em volume de produção. O aumento na taxa básica de juros é um fator determinante para o desempenho, especialmente por conta

da produção de bens duráveis.

“A indústria de São Paulo, por sua vez, caiu pela segunda vez consecutiva: -1,0% em ago/24 e -1,5% em jul/24, na série com ajuste sazonal. Por ser a maior e também a mais diversificada do país, com participação importante de bens duráveis, seja para consumo, seja para investimento, é de se esperar que a produção paulista se mostre mais vulnerável à fase recente de aumento das taxas de juros promovida pelo Banco Central”, avalia o IEDI.

Dentre as regiões que avançaram estão o Ceará (2,7%), Minas Gerais (1,8%), Bahia (0,8%) e Mato Grosso (0,8%). Rio de Janeiro pouco saiu do lugar, com avanço de 0,2% na passagem de julho para agosto.

“Ainda que os dados nos lembrem do risco de uma perda de dina-

o mesmo na indústria, o panorama regional do setor é bem mais favorável tomado o desempenho acumulado nestes oito meses já cobertos pela pesquisa do IBGE. A indústria acumula alta de +3%, com 89% dos seus parques no azul, em contraste com um declínio de -0,3% em jan-ago/23, quando 50% de seus parques cortavam produção”, diz o instituto.

“Além disso, é importante notar, como mostram as variações interanuais acima, que o bimestre jul-ago/24 aponta para uma melhora em metade das indústrias regionais, ainda que parques importantes como São Paulo e Rio de Janeiro não estejam neste grupo”, continua, destacando que a indústria regional do Nordeste, Amazonas e Minas tiveram bom desempenho nas comparações anuais e trimestrais.

Setor de serviços cai 0,4%, diz IBGE

O volume de serviços no Brasil caiu -0,4% em agosto deste ano frente ao mês imediatamente anterior (julho, alta de 0,2% – dado revisado de 1,2%), na série com ajustes sazonais, divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira (11).

Com o resultado de agosto, o total do volume de serviços prestados no país está 0,4% abaixo do recorde da série histórica, registrado em julho de 2024. O Serviços é o setor com a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) e é também o que mais emprega no país.

Com os juros altos do Banco Central inibindo o consumo de bens e serviços no país, o setor de serviços só conseguiu ficar acima dos 1% em junho, nos demais meses deste ano variou entre -0,4% e 0,5%: Janeiro (+0,5%);

fevereiro (-0,4%); março (+0,3%); abril (+0,2%); maio (-0,4%); junho (+1,4%); julho (+0,2%) e agosto (-0,4%)

Na passagem de julho para agosto de 2024, duas das cinco atividades de serviços pesquisadas pelo instituto apresentaram saldos negativos: informação e comunicação (-1,0%) e transportes (-0,4%), sendo a segunda queda seguida desta modalidade (em julho, já havia recuado -1,5%), acumulando uma perda de 2,0%.

Apresentaram avanços: outros serviços (1,4%) e serviços prestados às famílias (0,8%). O setor de serviços profissionais, administrativos e complementares (0,0%) ficou paralisado no período.

O volume de serviços subiu de 1,7% ante agosto de 2023. No acumulado do ano cresceu 2,7% e em 12 meses a alta é de 1,9%.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Candidato recebeu apoio do vice-presidente Boulos tem os apoios de Tabata, Alckmin e Datena

Após descartar apoio aos candidatos que disputam o segundo turno das eleições em São Paulo, o apresentador José Luiz Datena (PSDB), quinto colocado na corrida eleitoral com 1,84% dos votos, declarou voto no candidato Guilherme Boulos (PSol), na noite do sábado (12), conforme divulgado pela coluna da jornalista Monica Bergamo, na Folha de S.Paulo.

Boulos enfrenta no segundo turno o atual prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), que, por sua vez, conta com o apoio oficial do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), partido em que Datena disputou o pleito, no primeiro turno.

“Contra a infiltração do crime organizado em São Paulo, contra a infiltração do crime organizado no Poder Público, eu apoio o Boulos. Eu voto no Boulos para parar com essa criminalidade que torna a cidade de São Paulo, que torna o Estado de São Paulo, que torna o País refém do narcotráfico”, disse Datena em vídeo.

“Nós não queremos isso, por isso eu apoio o Boulos para o segundo turno de São Paulo. Vote com ele, vote contra o crime”, acrescentou.

Agora, Datena se alinha à deputada federal Tabata Amaral (PSB), que declarou, ainda na noite de domingo (6), dia da eleição em primeiro turno, voto no candidato do PSol. Tabata afirmou que “não consegue e não conseguiria jamais votar em um projeto liderado por Ricardo Nunes”.

Na semana passada, o vice-presidente da República e ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSB), também anunciou seu apoio a Guilherme Boulos (PSol) no segundo turno das eleições da Prefeitura de São Paulo, depois de apoiar Tabata Amaral (PSB) no primeiro turno.

Alckmin publicou em suas redes sociais uma foto do presidente Lula e de Guilherme Boulos se cumprimentando e escreveu: “Ao lado do presidente Lula, por São Paulo e com Guilherme Boulos 50”.

Boulos comentou que ficou “muito feliz” com o apoio que recebeu de Alckmin e de Tabata Amaral. O ex-governador “vai se engajar” na campanha, informou o candidato.

Geraldo Alckmin “vai se engajar sim. Fiquei muito feliz tanto no domingo à noite com o apoio da Tabata Amaral, fiquei grato a ela, aproveito para agradecer mais uma vez à Tabata, que teve uma postura muito firme, uma postura muito correta ao longo de toda a eleição, e ontem fiquei feliz de receber o apoio do vice-presidente Geraldo Alckmin”.

“Quero esse sujeito bem longe de mim”, afirma Ricardo Nunes sobre Pablo Marçal

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que quer distância de Pablo Marçal. A informação é da jornalista Raquel Landim, do site de notícias UOL.

“Quero esse sujeito bem longe de mim”, afirmou Nunes a pessoas próximas.

Marçal ofendeu a honra do prefeito e de sua família durante toda a campanha e instigou um assessor próximo a esmurrar o chefe da equipe de propaganda do emedebista.

O desqualificado, que já foi condenado e preso por roubo de clientes e golpes bancários, e que concorreu pelo PRTB, partido acusado de ligações com a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), tentou tumultuar a eleição de São Paulo com ofensas e ataques mentirosos contra todos os candidatos.

Marçal usou a internet sem o menor escrúpulo e de forma criminosa para

envolver a população paulistana em sua teia apodrecida. Aproveitou-se de um clima de desesperança e frustrações que atinge uma parte significativa dos eleitores brasileiros para destilar sua demagogia fascista. Apontou o caminho – bem conhecido por ele – do crime, da vantagem individual a qualquer custo e da violência. Estimulou o desrespeito à honra e aos direitos dos outros e se apresentou como um falso messias.

Ao final da campanha, Pablo Marçal já é réu em 90 processos. Desde processos eleitorais a criminais. A Polícia Federal confirmou o laudo da Polícia Civil de São Paulo de que o relatório médico que o delinqüente apresentou contra Boulos na véspera da eleição era falsificado.

A quadrilha de Marçal usou um médico que já havia morrido e forjou uma assinatura atestando, no documento forjado, que Boulos teria sido atendido numa clínica por uso de drogas. A farsa foi desmontada e ele agora terá que responder perante os tribunais.

Lula repudia ‘intromissão dos EUA’ na compra dos Gripen

Ricardo Stuckert/PR



Presidente deu entrevista a uma rádio do Ceará onde foi cumprir agenda oficial

Brasil escorraçou o fascismo mais degenerado ao derrotar Pablo Marçal no dia 6 de outubro

Alguns resultados das eleições municipais realizadas no domingo (6), como a vitória em primeiro turno do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), sobre o bolsonarista Alexandre Ramagem (PL), e a do atual prefeito de Recife, João Campos (PSB), de lavada contra todos os seus adversários, parecem ser sintomas – particularmente este último – de que o país está em busca de boas alternativas para o seu futuro.

Mas, sem dúvida, a derrota da versão mais degenerada do fascismo, que surgiu em São Paulo, na figura do marginal condenado e preso por integrar quadrilha de golpes bancários, Pablo Marçal, foi um dos fatos mais significativos dessas eleições. Quem achava que o bolsonarismo representava o que havia de mais rasteiro na política, se deparou com algo ainda mais torpe. Algo vindo do esgoto político e da bandaidagem para pregar ódio e violência contra tudo o que foi construído coletivamente no Brasil.

Marçal usou e abusou, criminosamente, de todo o instrumental digital – principalmente os ilegais – para incutir nas pessoas o individualismo mais acentuado e o ódio visceral a tudo o que significasse coletividade, cidadania e respeito ao direito e a honra das pessoas. Seu lema era se dar bem de qualquer jeito, principalmente pisando sobre os outros.

Para enriquecer – ou prosperar, como dizia o marginal – vale qualquer coisa. Não pode respeitar nada, muito menos a honra das pessoas. Precisou que ele levasse uma cadeira na cabeça para perceber que o país não admitiria o seu criminoso “vale-tudo”.

Como disse o jornalista Luiz Carlos Azevedo, ao analisar as eleições, na sua coluna publicada no HP nesta segunda-feira (7), “com Paes eleito e Marçal fora da disputa, o pior passou”. É exatamente isso o que ocorreu. Eduardo Paes derrotou Bolsonaro em seu berço político, que é o Rio de Janeiro, e isso foi uma vitória importante contra o retrocesso. Mas o fato de Marçal ter ficado fora do segundo turno em São Paulo, representou uma vitória ainda maior dos brasileiros, porque impediu que o pior e mais podre da

política se criasse na principal capital do país.

Acoplado ao bandidismo e à falta de caráter, Pablo Marçal destilou o ódio e o anti-comunismo mais viscerais surgidos nos últimos tempos no Brasil. Ele surgiu dando golpes em outras pessoas – foi preso em flagrante roubando contas bancárias – e enriqueceu assim. Por isso, qualquer coisa que significasse esforço coletivo, defesa de direitos sociais, progresso econômico ou solidariedade era apontado por ele como escandaloso e inaceitável. Qualquer um que defendesse alguns desses princípios era apontado pelo marginal como fazendo parte de um “consórcio comunista” a ser destruído.

O fato de um elemento desqualificado como ele ter obtido um apoio razoável – quase passou Guilherme Boulos – entre os eleitores de São Paulo merece uma reflexão mais profunda dos democratas brasileiros. Este clima propício à demagogia fascista e ao ódio, como o destilado por Marçal, é fruto da devastação econômica, do estímulo à jogatina financeira, do aumento da pobreza e da desesperança social provocadas pela política neoliberal no Brasil.

Este “ódio” é fruto do fechamento de indústrias, da precarização do trabalho e da consequente expansão da miséria, do medo e da fome. Isso tudo é o que leva à desesperança e ao crescimento da demagogia política.

Essa situação tem provocado uma tensão e um esgarçamento social sem precedentes. As pessoas esperam ansiosas por uma retomada do desenvolvimento e pela melhoria de sua vida. A decepção pela demora em ver atendidas essas justas aspirações tem criado nos últimos tempos um caldo de cultura para os demagogos e fascistas de todos os tipos.

Marçal e outros imbecis terem atraído mais votos dos paulistanos do que mereciam deve acender a luz entre todos nós e, principalmente, entre os apoiadores do atual governo.

É um sinal claro de que é necessário resolver com urgência os limites fiscais e juros proibitivos que amarraram os investimentos e impedem o desen-

volvimento nacional. É um sinal mais do que evidente de que é urgente pisar fundo no acelerador do crescimento.

O que está sendo feito, atualmente, parece não estar sendo suficiente. Só uma mudança forte na atual política econômica restritiva poderá sinalizar ao povo, reduzir a desesperança e dar um basta à demagogia fascista.

O presidente Lula sabe disso. Ele já fez algo semelhante em seu segundo mandato. As coisas estavam ruins naquela ocasião, e ele disse ao então ministro da Fazenda, Guido Mantega, que tinha que mudar tudo. Avisou que sua meta a partir daquele momento era crescer 5% ao ano. Foi dali que surgiu o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o país cresceu a 7%. Os problemas políticos acabaram. Agora, estão querendo impor a ele o máximo de 3% de crescimento do PIB. Só podem estar querendo agravar a crise.

Foi a grande esperança depositada no projeto do presidente Lula que garantiu a vitória da democracia sobre o golpismo bolsonarista na eleição presidencial de 2022. Trata-se da mesma esperança que agora está levando o candidato Guilherme Boulos ao segundo turno das eleições municipais. Essa esperança não pode ser frustrada pela insistência em se manter a qualquer custo a ditadura fiscalista que amordaça o país.

O resultado das eleições de domingo apontam que a “ditadura fiscalista” imposta pelo capital financeiro ao Brasil, mantendo o país estagnado, deve ser derrotada o mais rapidamente possível. É ela que alimenta o fascismo e a intolerância na política.

A demagogia fascista se cria na desesperança provocada pela política neoliberal que ainda persiste no país. E ela persiste apesar de todos os esforços do presidente Lula em superá-la. Ajudar Lula a derrotar os “quinta-colunas” e retomar seu projeto de fazer “40 anos em 4”, referindo-se aos “50 anos em 5” de Juscelino, será a melhor forma de enterrar de vez os “marçais”, os “bolsonaros” e todo tipo de fascismo no Brasil.

SÉRGIO CRUZ

“É descabida essa informação [que os EUA pediram]”. “Os americanos não gostaram quando eu disse que ia comprar o Rafale, queriam que eu comprasse os aviões deles”, disse

O presidente Lula contestou na sexta-feira (11) o que ele chamou de intromissão do governo americano na compra pelo Brasil dos caças Gripen da empresa sueca, Saab. “Eu acho que um pedido de informações dos Estados Unidos é intromissão dos EUA em uma coisa de outro país. É descabida essa informação”, disse Lula em entrevista à rádio CBN/O Povo, de Fortaleza. O processo de compra dos caças foi iniciado no segundo governo Lula.

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos solicitou informações de uma subsidiária da Saab sobre a compra dos 36 caças Gripen pelo Brasil em 2014. Lula acrescentou que não tem o menor sentido. “Não sei a informação que ele está pedindo, também não quero fazer julgamento precipitado. Mas não tem sentido pedir informação de um avião que um país comprou, de um carro que um país comprou”, asseverou.

“Os americanos não gostaram quando eu disse que ia comprar o Rafale, queriam que eu comprasse os aviões deles. E certamente não gostaram quando a Dilma comprou o sueco”, destacou o presidente da República, segundo a rádio CBN/O Povo, de Fortaleza.

A concorrência para compra

Chefe da AGU repele ingerência dos EUA na compra dos caças: “interesses escusos”

O advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, afirmou que a compra de 36 caças suecos Gripen pelo Brasil já foi investigada, concluindo pela “inexistência de irregularidades”, e que “chama a atenção” os Estados Unidos quererem voltar ao caso.

Para o AGU, “numa época de crescentes tensões, é urgente pensarmos em uma legislação federal que proteja os interesses nacionais de indevidas interferências externas”.

“Chama a atenção a possível abertura de procedimento

Silas Malafaia chama Bolsonaro de “covarde, omissos” e Marçal de “psicopata e mentiroso”

O pastor Silas Malafaia destampou o bueiro do bolsonarismo numa entrevista à jornalista Monica Bergamo, na Folha de S. Paulo da terça-feira (8). Falou “verdades” sobre Bolsonaro que não vinham a público antes. Malafaia disse que sua “maior decepção” nessas eleições foi “Jair Messias Bolsonaro”. “Ele foi omissos, covarde e porcaria”, afirmou o pastor.

Durante a entrevista, Malafaia expôs uma situação vexatória do outrora autointitulado “imbrochável”. Contou que Jair Bolsonaro ligou para ele um dia em prantos com medo de ser preso durante a operação da Polícia Federal na casa dele em Mambucaba, no litoral fluminense, em janeiro deste ano.

“Ele estava chorando depressivo [na casa de praia que tem] em Mambucaba [em Angra dos Reis, no Rio], perto de ser preso. Liguei pra ele e falei: ‘Vai ficar chorando aí? Vamos para a rua, cara!’. Ele chorou por cinco minutos comigo no telefone antes de abrir a boca, no visor”, disparou. Segundo Malafaia, o “mito” estava “depressivo porque as pessoas em volta dele foram todas presas. Estava angustiado”. Eu disse a ele, “levanta sai de casa e vai para a rua”, contou Malafaia.

“Então ele me respeita”, completou. “Quem defendeu esse cara diante do ministro Alexandre de Moraes? Agora, eu o questionei durissimamente [na campanha]. Mandei mais de 30 ‘zaps’ para ele. Mais de 30! E não era ‘zap’ de brincadeira, não”, emendou o pastor. Em silêncio, em relação aos meus ‘zaps’, Bolsonaro então teria reclamado com “um deputado da minha igreja e disse: ‘o seu pastor está me ofendendo’”.

Sobre o delinqüente Pablo Marçal, Malafaia disse que defendeu desde o início que

de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), conhecida como programa FX-2, aconteceu entre 2008 e 2014 e teve a Saab como vencedora. Na ocasião, a norte-americana Boeing também participou da disputa.

“Eu, na verdade, não tenho conhecimento de como foi comprado o avião. O que eu sei é que a companheira Dilma [Rousseff, ex-presidente] comprou o avião que era o mais econômico, me parece que era o mais barato e custava menos. E um avião de um conjunto de países, é um sueco que tem participação da Inglaterra e de vários outros países”, acrescentou o presidente Lula. O acordo com a Saab também permite que os Gripen sejam produzidos no Brasil no futuro. As primeiras aeronaves já foram entregues ao Brasil e as demais devem ser entregues até 2027.

“Tanto autoridades brasileiras quanto suecas investigaram partes do processo de concorrência do Brasil. Essas investigações foram encerradas sem indicar quaisquer irregularidades por parte da Saab [...]. A Saab pretende atender à solicitação de fornecimento de informações e cooperar com o Departamento de Justiça neste assunto”, disse a empresa sobre as consultas dos EUA, segundo informações da Reuters.

investigatório sobre fato extemporâneo, já investigado por autoridades dos dois países em questão (Brasil e Suécia), resultando na conclusão de inexistência de irregularidades”, publicou Jorge Messias em suas redes sociais.

“Não podemos deixar que, mais uma vez, a justa e necessária luta contra a corrupção sirva de pretexto para o desmonte de políticas de desenvolvimento nacional e para o avanço de interesses escusos, sob a enganosa prática do lawfare”, continuou.

deveriam se afastar dele, mas, segundo ele, Bolsonaro ficou em cima do muro. “Covarde, omissos, que se baseia em redes sociais e não quer se comprometer. Fica em cima do muro. Para ficar bem sabe com quem? Com seguidores [de redes sociais]”, afirmou.

“Que político é esse, meu Deus? Que tem que estar onde o povo quer?”, destilou. O pastor disse que nos últimos 15 dias mandou uma série de mensagens via WhatsApp – “eu bati em Bolsonaro com tanta força no ‘zap’ – mostrando ‘a verdade’ sobre Marçal. Mas Bolsonaro ficou em silêncio”, acrescentou Malafaia.

Ele explicou o motivo de “abominar” Pablo Marçal. “É um cara psicopata, mentiroso e que usa técnicas de manipulação. Tem uma inteligência e um carisma fora da curva, que é a marca dos psicopatas. Como um cara que debochou da cadeira [de Datena], programou um soco no Duda [Lima, marqueteiro de Ricardo Nunes] agredido por um assessor de Marçal”, inventa que líderes evangélicos o apoiam e divulga um documento médico falso”.

Em seguida voltou a criticar Bolsonaro. “Um político é reconhecido por seus posicionamentos. Qual foi a sinalização que o Bolsonaro passou? ‘Eu não sou confiável em meus apoios políticos’. Quem vai fazer aliança com um cara que não é confiável?”, disse o pastor.

“O que ele fez em São Paulo e no Paraná foi uma vergonha”, apontou. “Ele [Bolsonaro] não é criança. Sabe o que ele fez [na eleição de SP]? Jogou para os dois lados. Eu desafio: entra nas redes de Bolsonaro e dos filhos dele. Não tem uma palavra sobre a eleição de São Paulo. E como se ela não existisse. Que porcaria de líder é esse?”, indagou.

Apagão aumenta pressão pelo fim da concessão da Enel em São Paulo

Diante do descaso da privatizada após o apagão que deixou milhões sem luz, autoridades defendem a suspensão do contrato de concessão da Enel

Após temporal na noite de sexta-feira (11), cerca de 1,6 milhão de clientes da capital paulista e cidades da Grande São Paulo ainda continuavam sem energia elétrica até as 8h deste domingo (13), de acordo com a Enel. Além da capital, com aproximadamente 552 mil clientes impactados, os municípios mais afetados são: São Bernardo do Campo, Cotia e Taboão da Serra.

Diante da demora e do descaso da concessionária em reestabelecer o serviço e pôr fim aos transtornos enfrentados pela população, autoridades pressionam e defendem a suspensão do contrato de concessão com a Enel. O Ministério de Minas e Energia (MME) determinou que a Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, cobre providências à companhia de eletricidade. Segundo o MME, uma sala de situação foi criada para monitorar a situação e “garantir o rápido restabelecimento de energia elétrica”. Em todo o estado, sete pessoas morreram durante as fortes chuvas e rajadas de ventos com mais de 100 km/h.

A Pasta argumenta que não há justificativa para a inação da Aneel e afirma que a reguladora mostra “novamente falta de compromisso com a população” e tem apresentado falhas na fiscalização dos serviços da distribuidora. Isso porque, segundo o Ministério, a Enel tem histórico de problemas com o fornecimento de energia em São Paulo e outras localidades.

APURAÇÃO URGENTE

“Nosso pedido foi acatado! Ministério de Minas e Energia cobra ANEEL sobre atuação da ENEL em São Paulo. Ministro pediu, com urgência, informações sobre as providências tomadas contra as falhas recorrentes”, informou o deputado federal e candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL). Como deputado federal, Boulos acionou o Ministério Público do Estado de São Paulo para que se apure com urgência a conduta da Prefeitura e da empresa de energia Enel na gestão de crise que se instaurou na cidade.

Boulos apontou ainda a inércia do prefeito Ricardo Nunes no enfrentamento da crise. “Será que o Ricardo Nunes vai cobrar do seu aliado atender o pedido e romper o contrato com a Enel ou vai continuar fugindo da responsabilidade?”, questionou. “Árvores caídas por falta de poda adequada. Não tem um prefeito em São Paulo que faça o básico. A cidade mais rica do Brasil não consegue podar árvore? É uma vergonha”, disse o candidato do PSOL em um vídeo na noite de sexta. “Um prefeito fraco, que não se impõe”, reiterou.

NUNES CRÍTICA ENEL

Por sua vez, Nunes disse que ligou para o presidente da Aneel, Sandoval Feitosa Neto, pedindo medidas contra a distribuidora Enel. Segundo o prefeito, o ministro informou que abrirá um termo de caducidade junto à Enel, uma vez que já foram aplicadas várias multas à empresa desde o apagão de novembro do ano passado. “Mais uma vez a Enel dando problema para a nossa cidade”, disse o prefeito, que é candidato à reeleição neste ano.

“Da outra vez que teve problema eu fui para Brasília, entramos

com ação judicial contra a Enel, que é concessão, regulação e fiscalização do governo federal. Estive no Tribunal de Contas da União reclamando, fui no ministro, apresentei as nossas queixas, levei representação e mais uma vez a Enel deixa a cidade nessa situação”, completou. Sobre as 386 árvores que caíram na cidade durante o temporal, Nunes alegou que eram “árvores sadias” e que vieram abaixo em razão dos fortes ventos que atingiram a capital, e não por falta de manutenção.

ENEL DEIXOU SÃO PAULO NA MÃO

O governador Tarcísio de Freitas também criticou a atuação da Enel e defendeu a quebra do contrato com a empresa. “Mais uma vez, a Enel deixou os consumidores de São Paulo na mão. Se o Ministério de Minas e Energia e, sobretudo, a Aneel, tiverem respeito com o cidadão paulista, o processo de caducidade será aberto imediatamente”, escreveu Tarcísio. “O que não pode seguir acontecendo é o que estamos vendo mais uma vez em nosso estado. Não podemos ficar à mercê de tanta irresponsabilidade”, disse.

PROCON COBRA ESCLARECIMENTOS

O Procon-SP anunciou que notificará a Enel para que explique os motivos da demora para restabelecer o fornecimento. O questionamento do órgão repetirá pedidos anteriores, quando o Procon cobrou esclarecimentos sobre as medidas adotadas para a retomada da distribuição em prazo regulamentar.

No documento, a entidade também solicita informações sobre as equipes de atendimento de emergência disponíveis. Também serão cobradas as medidas estruturantes adotadas desde os últimos apagões. O órgão informou que monitora ainda relatos de problemas em cidades do interior, atendidas por outras concessionárias, para igualmente notificá-las.

Em coletiva de imprensa no final desta manhã [13], a Enel-SP que ainda estava contabilizando os danos à rede. Segundo a concessionária, a equipe que atua para resolver os problemas foi reforçada e técnicos do Ceará e do Rio de Janeiro São Paulo estaria se deslocando para SP no dia de hoje para atuar nos atendimentos. No entanto, a Enel se esquivou de estimar um prazo para uma retomada total do fornecimento de energia na capital e na região metropolitana de São Paulo.

“Não quero passar uma previsão para vocês sobre a qual eu não tenho evidência real que vamos conseguir atender. Não quero colocar uma expectativa que seja frustrada”, disse Fernando Lancastre, presidente da Enel-SP, que trata mais um apagão na maior cidade do país como um “problema climático”.

Em novembro do ano passado, um apagão da Enel após intensas chuvas, deixou mais de 2,1 milhões de residências e endereços comerciais sem energia na capital e Grande SP. Em alguns locais, o fornecimento levou até mais de uma semana para ser reestabelecido. Pelas redes sociais, os consumidores têm satirizado os serviços privados com esta frase: “Privatiza que melhora!”.



Apagão afetou 1,6 milhão de residências da capital e da Grande São Paulo



Candidato apontou “responsabilidade da Enel, essa tragédia de empresa”

Boulos critica inação da Enel no apagão em SP e Nunes: “Um prefeito fraco, que não se impõe”

O deputado federal e candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) criticou o prefeito Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição, pela inação frente ao apagão que atingiu diversos bairros da capital paulista e da região metropolitana desde a noite de sexta-feira, 11, e deixa mais de um milhão de pessoas sem energia há quase 24h.

Em publicação no Instagram, Boulos apontou “responsabilidade da Enel, essa tragédia de empresa que todo mundo sabe”, mas criticou Nunes por ser “um prefeito fraco, que não se impõe”.

“Árvores caídas por falta de poda adequada. Não tem um prefeito em São Paulo que faça o básico. A cidade mais rica do Brasil não consegue podar árvore? É uma vergonha”, disse o candidato do PSOL em um vídeo na noite de sexta. “Um prefeito fraco, que não se impõe”, disse Boulos.

Nunes, por sua vez, tentou se esquivar utilizando suas

redes sociais para anunciar que vinha acompanhando, por meio dos informes meteorológicos oficiais, a situação dos vendavais que atingiram a cidade. Neste sábado, 12, Nunes cancelou um compromisso de campanha durante a manhã para permanecer na Central de Monitoramento do Smart Sampa. “As chuvas já pararam, mas o nosso trabalho não”, publicou nesta madrugada o perfil do prefeito.

O emedebista não respondeu às críticas de seu adversário nem pelas redes sociais, nem por sua assessoria de imprensa.

A chuva também provocou alterações na agenda do candidato do PSOL. Os compromissos de campanha na zona leste marcados para este sábado, 12, foram cancelados. Estavam previstas visitas de Boulos aos bairros Jardim Três Marias, Jardim Alto Alegre e Fazenda da Juta. Ao invés disso, o deputado federal visitou regiões afetadas pelas chuvas e vendavais.

Segundo a Defesa Civil do estado, uma pessoa morreu após a queda de uma árvore

no Campo Limpo, zona sul da capital. A cidade ficou em estado de atenção para alagamentos em todas as regiões entre 19h30 e 21h, de acordo com o Centro de Gerenciamento de crise.

A cidade de São Paulo registrou mais de 200 chamados para quedas de árvores e galhos desde as chuvas de sexta. O temporal matou uma pessoa na capital e três em Baururi. A Enel não divulgou um balanço de imóveis afetados.

Em suas redes sociais, Boulos afirmou: “Conversei agora há pouco com o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que acabou de enviar MAIS UM pedido para o presidente da ANEEL (indicado por Bolsonaro) para providências imediatas contra a Enel. Será que o Ricardo Nunes vai cobrar do seu aliado atender o pedido e romper o contrato com a Enel ou vai continuar fugindo da responsabilidade? Na imagem acima, cobrança feita pelo Ministério de Minas e Energia à ANEEL ainda em abril deste ano”.



PCS é de sobrinho do ex-secretário da Saúde

Anvisa interdita laboratório privado após transplantados testarem positivo para HIV no Rio de Janeiro

A Anvisa interditou o laboratório privado PCS, localizado em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, após seis pacientes transplantados testarem positivo para HIV. O laboratório era responsável pela testagem dos doadores, mas, na época das mortes, os exames realizados não detectaram o vírus.

Durante a investigação, foram encontradas diversas irregularidades, incluindo a falta de kits para exames. O Laboratório de Patologia Clínica PCS Lab Saleme foi interditado pela Vigilância Sanitária local, sob orientação técnica da Anvisa, até a conclusão das investigações, que têm como foco a segurança dos transplantados.

Em nota, a Anvisa informou que “a prioridade foi monitorar os receptores dos órgãos transplantados e determinar a realização de novos exames pré-transplante no Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (Hemorio), no Rio de Janeiro”.

As investigações continuam, envolvendo autoridades estaduais e municipais, incluindo as Vigilâncias Sanitárias, o Ministério da Saúde e a própria Anvisa. Todas as instituições estão atuando em conjunto para esclarecer o ocorrido, visando garantir a segurança dos transplantados. A Anvisa ressaltou que todos os requisitos técnicos devem ser rigorosamente cumpridos em cada fase, visando à saúde dos pacientes e ao bem-estar coletivo.

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu (Semus) informou, também por meio de nota, que o contrato com a PCS Laboratório Saleme foi encerrado em fevereiro deste ano, sendo a gestão dos serviços assumida por organizações sociais (OS) responsáveis pela rede de atenção básica do município. A Semus abrirá sindicância para investigar o caso. Pacientes do SUS que realizaram exames no PCS Saleme podem retornar à unidade de saúde de origem para solicitar a repetição dos testes. Até o momento, não há registros de pacientes contestando resultados de exames.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) também abriu sindicância para apurar as denúncias. O presidente do CREMERJ, Walter Palis, declarou: “A situação é gravíssima, e o CREMERJ reafirma seu compromisso de apurar os fatos com todo o rigor. A segurança dos pacientes é essencial para o bom exercício da medicina no estado do Rio de Janeiro, e falhas dessa natureza são inaceitáveis”.

A primeira notificação de um caso de transplante com infecção por HIV foi registrada em 10 de setembro, no Estado do Rio de Janeiro.

Datena declara voto em Boulos: “contra a infiltração do crime organizado em São Paulo”

Após descartar apoio aos candidatos que disputam o segundo turno das eleições em São Paulo, o apresentador José Luiz Datena (PSDB), quinto colocado na corrida eleitoral com 1,84% dos votos, declarou voto no candidato Guilherme Boulos (PSol), na noite deste sábado (12), conforme divulgado pela coluna da jornalista Monica Bergamo, na Folha de S.Paulo.

Boulos enfrenta no segundo turno o atual prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), que, por sua vez, conta com o apoio oficial do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), partido em que Datena disputou o pleito, no primeiro turno.

“Contra a infiltração do crime organizado em São Paulo, contra a infiltração do crime organizado no Poder Público, eu apoio o Boulos. Eu voto no Boulos para parar com essa criminalidade que torna a cidade de São Paulo, que torna o

País refém do narcotráfico”, disse Datena em vídeo.

“Nós não queremos isso, por isso eu apoio o Boulos para o segundo turno de São Paulo. Vote com ele, vote contra o crime”, acrescentou.

MUDANÇA DE POSIÇÃO

O jornalista, que classificou desempenho que teve nas urnas como “péssimo” e “horrível”, e disse não pretender “experimentar novas posições políticas”, havia anteriormente negado qualquer apoio a Nunes ou Boulos no segundo turno. “Com a quantidade de votos que eu tenho, não sei se faria muita diferença”, disse.

Agora, Datena se alinha à deputada federal Tabata Amaral (PSB), que declarou, ainda na noite de domingo (6), dia da eleição em primeiro turno, voto no candidato do PSol. Tabata afirmou que “não consegue e não conseguiria jamais votar em um projeto liderado por Ricardo Nunes”.

Eduardo Paes e Molon reforçam campanha de Rodrigo Neves em Niterói

Rodrigo Neves (PDT), candidato à Prefeitura de Niterói, recebeu o apoio do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), reeleito no primeiro turno com mais de 60% dos votos. No entanto, o encontro agendado entre Paes e Neves, previsto para a noite de quinta-feira [10], para lançamento do “Pacto Niterói-Rio pela Democracia, Boa Gestão e Desenvolvimento Sustentável”, precisou ser adiado.

O postulante do PDT teve uma agenda de última hora em Brasília, onde se encontrou com o presidente Lula [PT]. Por conta da ida à capital federal, Rodrigo não conseguiu retornar a tempo para se reunir com Paes.

Além de reforçar a campanha de Rodrigo, o objetivo do encontro é compartilhar experiências sobre as gestões de ambos nas prefeituras do Rio e Niterói, que foram bem avaliadas pela população, e traçar metas para o futuro sustentável das cidades.

Outro reforço recebido pelo pedetista neste segundo turno veio do deputado federal Alessandro Molon e do PSB. Além do apoio de Molon, que é presidente estadual da legenda, o deputado estadual Carlos Minc e a vereadora eleita pelo PSB no Rio de Janeiro, Tatiana Roque,

estiveram ao lado de Neves durante uma caminhada na Zona Sul de Niterói.

Rodrigo, que ficou a apenas 1,5% de decidir a eleição no domingo, concorre com o bolsonarista Carlos Jordy [PL]. Ao conquistar 48,47% dos votos válidos, confirmando o seu favoritismo, o candidato do PDT agradeceu aos eleitores e anunciou o apoio da deputada Talíria Petrone à sua campanha. Talíria também concorreu à Prefeitura de Niterói pelo PSol, recebendo a confiança de 35.948 eleitores. “Eu não poderia deixar de vir aqui agradecer a cada um e a cada uma de vocês pela energia e dedicação nessas semanas e porque eu tive a maior votação das três eleições que eu disputei para prefeito de nossa cidade”.

“Quero dizer a vocês que vencemos em todas as regiões da cidade. Na Zona Norte, Zona Sul, Região Oceânica, Região Leste, Pendotiba e Largo da Batalha. Vocês estão vendo que eu estou sem voz. Mas eu quero dizer para vocês que a deputada Talíria fez um ato há pouco aqui e já anunciou, independentemente da posição do seu partido, que vai votar no 12 no segundo turno”, disse Rodrigo.

O atual prefeito, que já comandou Niterói por duas vezes [2012 e 2020], tem como vice na chapa Isabel Swan



[PV]. Os dois integram a coligação “Por Amor a Niterói”, formada pelos partidos PDT, PT, PCdoB, PV, PSDB, CIDADANIA, MDB, UNIÃO, SOLIDARIEDADE, REPUBLICANOS, AGIR, PRD e PSD.

Ao longo da campanha, ele destacou seus planos para saúde, educação e cultura, com o compromisso de construir centros regionais de exames e especialidades e ampliar o número de médicos na rede pública, reafirmando a saúde como prioridade. O investimento municipal no setor cresceu de R\$ 50 milhões, em 2013, para R\$ 800 milhões em 2023.

‘É preciso uma Marinha Mercante forte e verdadeiramente nacional’



Carlos Müller, presidente da Confederação dos Trabalhadores Marítimos



Para Sindicato, fundação privada no IBGE ameaça função do Instituto enquanto “órgão de Estado”

Associação dos Trabalhadores do IBGE (AssIbge – Sindicato Nacional) afirmou que acionará a Justiça contra a implementação da fundação privada “IBGE+” (Fundação de Apoio à Inovação Científica e Tecnológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), criada pelo órgão em julho deste ano. De acordo com o Sindicato, a nova fundação – que ganhou o nome de “IBGE paralelo” – permite a contratação de funcionários pela CLT e a obtenção de financiamento por contratos e convênios com a iniciativa privada, o que gerou, nas últimas semanas, manifestos e atos de protestos. Conforme a entidade, essa decisão impõe uma mudança estrutural que traz riscos de diversas ordens, ameaçando a credibilidade e responsabilidade do Instituto como “órgão de Estado”, cujo trabalho precisa ser financiado pela União e não por interesses privados. Entre os pontos denunciados pelo AssIbge, estão o risco de captura da produção de informações estatísticas e geocientíficas por interesses privados, na medida em que a Fundação poderá atuar vendendo pesquisas e levantamentos ao setor privado; o risco à autonomia do IBGE, na medida em que a Fundação permite a contratação ilimitada de pessoas externas em cargos de livre nomeação e; o risco à credibilidade do IBGE, já que o IBGE+, composto por pessoas externas ao verdadeiro IBGE, poderá produzir pesquisas e levantamentos sem os padrões de qualidade e independência do IBGE. Além disso, a entidade ressalta que criação contrária ao entendimento jurídico predominante, segundo o qual a criação de uma fundação pública de direito privado demanda autorização em lei específica. “Todos esses riscos foram bastante amplificados pela forma como a direção do IBGE criou a fundação de direito privado: por 9 meses os procedimentos para a criação da fundação foram tratados às escondidas, e os servidores foram comunicados apenas 2 meses após o registro em cartório. Não houve, portanto, nenhum processo institucional de avaliação, impedindo a adoção de medidas que poderiam mitigar riscos”, diz a AssIbge em carta aberta. Os servidores apontam que o conjunto de ameaças colocadas põe em perigo os sistemas nacionais de estatística, cartografia e geociências, e a formulação e o monitoramento de políticas públicas que utilizam os dados do Instituto como base para sua elaboração e aperfeiçoamento.

“Entendemos também que a ‘inovação jurídica’ representada pela ‘IBGE+’, a criação de uma fundação pública de direito privado sem autorização por lei, contornando o parlamento, pode se espalhar rapidamente para outros órgãos públicos, como um caminho fácil e simples para a privatização de serviços públicos e substituição de servidores por comissionados e/ou celetistas. Nesse sentido, o risco é ao conjunto dos serviços públicos no Brasil”, alerta o documento. Em manifestação no último dia 8, quando seria realizada uma coletiva com o presidente do órgão, Marcio Pochmann, os servidores levaram faixas pedindo mais respeito e diálogo com os trabalhadores e, apesar dos apelos e ofícios do sindicato, não houve qualquer reunião agendada, afirma a entidade. “Nós vamos entrar na Justiça pedindo a suspensão da fundação. Isso vai ser feito em breve. Nós já estamos com um escritório contratado, especialista nessa situação, e nós vamos judicializar e pedir a suspensão da fundação”, declarou Antonio Carlos da Matta, integrante do sindicato ao portal Terra.

“Entendemos também que a ‘inovação jurídica’ representada pela ‘IBGE+’, a criação de uma fundação pública de direito privado sem autorização por lei, contornando o parlamento, pode se espalhar rapidamente para outros órgãos públicos, como um caminho fácil e simples para a privatização de serviços públicos e substituição de servidores por comissionados e/ou celetistas. Nesse sentido, o risco é ao conjunto dos serviços públicos no Brasil”, alerta o documento. Em manifestação no último dia 8, quando seria realizada uma coletiva com o presidente do órgão, Marcio Pochmann, os servidores levaram faixas pedindo mais respeito e diálogo com os trabalhadores e, apesar dos apelos e ofícios do sindicato, não houve qualquer reunião agendada, afirma a entidade. “Nós vamos entrar na Justiça pedindo a suspensão da fundação. Isso vai ser feito em breve. Nós já estamos com um escritório contratado, especialista nessa situação, e nós vamos judicializar e pedir a suspensão da fundação”, declarou Antonio Carlos da Matta, integrante do sindicato ao portal Terra.



Professores do RS cobram novo projeto de reajuste

As entidades que compõem a Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (FSP/RS), realizaram um ato estadual unificado, na sexta-feira (11), em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, contra a precarização dos serviços públicos no Rio Grande do Sul e intensificaram a pressão pela revisão geral dos salários. De acordo com o Sindicato dos Professores do RS (Cpers), desde 2014 o funcionalismo público estadual acumula perdas de mais de 60%, enquanto o reajuste neste período foi de míseros 6%. “O resultado? Crescente endividamento e o poder de compra cada vez mais corroído”, diz a entidade em nota.

O ato contou com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Durante a mobilização, representantes das centrais e sindicatos protocolaram na Assembleia Legislativa uma emenda ao PL 287/2024, que define a Lei Orçamentária para 2025.

No documento, as entidades reivindicam 10,14% de recomposição salarial para ativos, inativos e pensionistas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Defensoria Pública, autarquias e fundações públicas estaduais, como forma de compensar parte das perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos.

As entidades defendem que a medida é viável e essencial para reduzir a defasagem salarial do funcionalismo estadual, sem comprometer o “equilíbrio fiscal do Estado”. “Agora, a pressão será voltada aos deputados e deputadas estaduais para que votem a favor das categorias. Dinheiro tem, basta vontade política!”, afirma o sindicato.

“Se algum deputado votar contra a nossa proposta, não é porque falta dinheiro, é porque falta vontade política daquele parlamentar em não valorizar o serviço público do nosso Estado”, destacou a presidente do Cpers, Helenir Aguiar.



Lei amplia pena para até 40 anos em casos de feminicídio

O presidente Lula sancionou, na última quarta-feira, projeto de lei que amplia a pena para casos de feminicídio para até 40 anos. O Projeto de Lei nº 4.266 de 2023 também amplia a pena para crimes de lesão corporal e violência doméstica contra mulheres. O texto da lei define o feminicídio como crime autônomo, o que facilita a formulação de estatísticas precisas; altera a Lei dos Crimes Hediondos, para incluir o feminicídio nessa categoria; e ainda altera a Lei Maria da Penha, para ampliar a pena do descumprimento da medida protetiva de urgência.

Além disso, o texto também institui a prioridade na tramitação dos crimes inscritos nesta nova legislação e estabelece, para tais, a gratuidade de Justiça.

“Mais um passo no combate ao feminicídio no Brasil. Ao lado da ministra Cida Gonçalves, sancionei um projeto de lei que

agrava a pena de feminicídio, aumentando a pena mínima de 12 para 20 anos, podendo chegar até 40 anos, e agravando as penas de outros crimes praticados contra as mulheres. O nosso governo está comprometido e em Mobilização Nacional pelo Feminicídio Zero”, escreveu o presidente Lula em seu perfil no Instagram.

Para a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, além de aumentar a pena, a nova lei “traz elementos para que de fato nós possamos ter um país sem feminicídio, sem impunidade e garantir a vida e a segurança de todas as mulheres do Brasil”.

O PL foi aprovado pelo Congresso Nacional em setembro deste ano e tem autoria da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT). “É uma atualização da luta da sociedade para frear essa verdadeira epidemia de feminicídio”, afirmou a senadora.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em transportes Marítimos: “Só quem vive da especulação é contra a reindustrialização”

Em entrevista exclusiva ao HP, Carlos Müller, presidente de uma das mais poderosas confederações de trabalhadores, a Conttmf (Confederação Nacional dos Trabalhadores em transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais), declarou que “o fortalecimento da indústria nacional gera um aumento no volume de mercadorias a serem transportadas, beneficiando diretamente nossa gente do mar” e que “o setor produtivo e a classe trabalhadora têm se unido em momentos decisivos para buscar o melhor para o Brasil, como ocorre agora na defesa da indústria naval”.

Segue abaixo a íntegra da entrevista:

HP – Os marítimos estão dispostos a integrar uma frente Nacional pela reindustrialização do país com os empresários?

Carlos Müller – Com certeza, nossa atuação sindical tem um forte componente no diálogo social. O setor marítimo, em particular, destaca-se por ter a maior cobertura por acordos coletivos, conquistados após intensas negociações entre armadores e trabalhadores. Historicamente, o setor produtivo e a classe trabalhadora têm se unido em momentos decisivos para buscar o melhor para o Brasil, como ocorre agora na defesa da indústria naval.

A desnacionalização da indústria e dos meios de produção resulta em precarização das condições de trabalho e, possivelmente, na extinção do emprego formal. Para o setor produtivo, isso também representa perdas significativas. Por outro lado, o fortalecimento da indústria nacional gera um aumento no volume de mercadorias a serem transportadas, beneficiando diretamente nossa gente do mar, desde que lhe sejam asseguradas oportunidades de emprego na navegação de cabotagem.

Estamos sempre dispostos a trabalhar lado a lado com empresários que se comprometem a dialogar e construir consensos em torno de políticas e estratégias que promovam o bem-estar da sociedade brasileira. Nosso objetivo é um desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável, capaz de gerar justiça social e prosperidade para todos.

HP – Quais seriam os objetivos principais dessa frente?

C.M. – Acreditamos ser necessário que o Brasil deixe de ser um mero exportador de commodities e passe a agregar valor aos produtos exportados por meio de sua indústria nacional. Além disso, é preciso incentivar o consumo interno, o que pode ser alcançado com a elevação do poder de compra da população, o aumento do salário mínimo e a implementação de uma renda mínima.

Devemos considerar também as questões ambientais e as mudanças climáticas, assegurando que as indústrias brasileiras operem de forma sustentável. Essa sustentabilidade deve incluir, de maneira efetiva, tanto aspectos ambientais quanto sociais, promovendo um equilíbrio que beneficie o país como um todo.

HP – Na sua opinião, quem são os adversários da reindustrialização do Brasil e que setores seriam beneficiados pela política desta frente?

C.M. – Há quem se oponha à reindustrialização porque se beneficia diretamente de um modelo econômico baseado no rentismo e no capital improdutivo, sustentado pela especulação. Além disso, há aqueles que defendem os interesses de grandes corporações ou de nações mais desenvolvidas, que não desejam enfrentar concorrência de países atualmente classificados como “em desenvolvimento”.

Promover a reindustrialização do Brasil, com investimentos em educação, estímulo à inovação e desenvolvimento científico, não só impulsiona a recuperação e expansão da base industrial, como também favorece a criação de uma economia mais diversificada, estável e inovadora. Isso traria benefícios amplos, tanto para os setores produtivos quanto para os trabalhadores, direta ou indiretamente, gerando ganhos para a sociedade como um todo.

HP – A Confederação dos marítimos e portuários tem levado uma luta ferrenha em defesa da indústria naval e pela presença de trabalhadores brasileiros os navios que circulam pelo nosso litoral. O senhor poderia me explicar

melhor qual a importância desta luta?

C.M. – Acreditamos que a soberania de nossa nação depende de uma Marinha Mercante forte e verdadeiramente nacional. Os Estados Unidos, por exemplo, embora amplamente reconhecidos como defensores do liberalismo econômico, mantêm a Jones Act, uma legislação centenária que protege suas empresas locais. Essa lei assegura mais de 650 mil empregos e gera 154 bilhões de dólares por ano em benefícios econômicos através da indústria marítima local. Ao exigir que o transporte de mercadorias ao longo da costa dos EUA seja realizado por navios construídos e reparados em estaleiros americanos, tripulados majoritariamente por marítimos nacionais, a lei protege a capacidade dos Estados Unidos de conduzir seu comércio e manter sua logística interna, sem serem atingidos por interesses estrangeiros.

No Brasil, dada sua extensão territorial e características geográficas, não é aconselhável entregarmos nosso transporte marítimo a armadores internacionais que já lucram substancialmente operando em nossas águas. As entidades sindicais marítimas defendem ajustes na legislação que recentemente alterou os parâmetros da cabotagem no Brasil, o programa BR do Mar, instituído pela Lei nº 14.301/2022.

Propomos que o ordenamento jurídico inclua, de forma clara e objetiva, a obrigatoriedade de que pelo menos 2/3 dos trabalhadores a bordo de navios que operem majoritariamente em águas brasileiras sejam marítimos nacionais, independentemente da bandeira da embarcação. Essa medida seria uma contrapartida justa às significativas vantagens oferecidas pelo Estado aos armadores, além de assegurar a segurança de nossa navegação.

Além disso, defendemos que seja exigido que os armadores possuam embarcações brasileiras para que possam afretar navios estrangeiros de porte equivalente. Isso fortaleceria a indústria naval nacional e garantiria maior controle sobre nossa infraestrutura marítima.

Observe que o dispositivo que previa a contratação de 2/3 de marítimos brasileiros foi vetado na lei pelo governo anterior, sob o argumento de que o custo dos trabalhadores nacionais seria elevado. No entanto, o que realmente onera os salários são os tributos impostos pelo próprio governo, uma vez que a remuneração de nossos marítimos não é maior do que a de trabalhadores de outras nacionalidades.

HP – Algumas centrais sindicais consideram as confederações um movimento de cúpula, autôfágico, sem ligação com os trabalhadores. Qual sua opinião?

C.M. – As confederações, baseadas no modelo unicista, historicamente refletiram os anseios dos sindicatos e federações de maneira eficaz. A pluralidade disfarçada que existe atualmente, por outro lado, pode ter desencadeado um movimento autôfágico em algumas confederações nas últimas três décadas, uma vez que a fragmentação do ambiente sindical ocorreu após o surgimento das centrais sindicais. A Conttmf não é filiada a qualquer central sindical, mas não se opõe a que entidades do seu plano de representação se filiem.

Longe de serem movimentos de cúpula ou autôfágicos, as entidades máximas do sindicalismo previstas na Constituição Federal atuam como pontes entre os trabalhadores e as esferas política e econômica, assegurando que suas demandas sejam ouvidas e atendidas. Sua estrutura organizacional permite a articulação entre diversos setores e categorias profissionais, promovendo a unidade e a força coletiva necessárias para negociações mais eficazes.

Ademais, as confederações mantêm uma forte ligação com os trabalhadores por meio de suas bases sindicais. Dessa forma, elas não apenas os representam, mas também agem em consonância com seus anseios, organizando mobilizações, campanhas e negociações que refletem as demandas reais da classe trabalhadora. Essa conexão direta com as bases garante que as confederações permaneçam fiéis à sua missão principal: lutar por melhores condições de trabalho e por justiça social para todos os trabalhadores.



Navio com explosivos não consegue aportar "Navio da Vergonha" está impedido de levar explosivos a genocídio israelense em Gaza

O navio MV Kathrin, alemão com registro em Portugal, está impedido de atracar nos portos portugueses. O cargueiro, propriedade de um armador alemão, está sob boicote de todos os portos das diversas regiões do mediterrâneo por transportar explosivos destinados a Israel para o genocídio de Gaza.

Portugal, Eslovênia, Montenegro, Malta, Namíbia e Croácia estão bloqueando o acesso do navio alemão a seus portos. Organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional, vêm fazendo pressão a governos já que aceitar esse tipo de carga seria uma violação de leis internacionais que proíbem transporte de armas para países que estejam cometendo crimes de guerra e chacinas de civis.

"A carga mortífera a bordo do MV Kathrin não deve chegar a Israel, uma vez que há risco claro de que essa carga possa contribuir para a prática de crimes de guerra contra civis palestinos", afirmou Nataša Posel, diretora da Anistia Internacional da Eslovênia.

O MV Kathrin precisa atracar em algum porto para repor suprimentos e trocar a tripulação. Sob pressão dos grupos de direitos humanos e oficiais da ONU, a empresa dona do "Navio da Vergonha", como foi apelidado pela imprensa portuguesa, pretende mudar o registro do porto para outro país, prática que no meio marítimo é chamada de "Bandeira de Conveniência", o que poderia facilitar a atracação.

"Qualquer transferência militar para Israel, ao qual a CIJ determinou que pode estar cometendo genocídio de forma aberta, equivale a uma violação da Convenção sobre Genocídio e da resolução 55/L.30 [do Conselho de Direitos Humanos da ONU] que determina um embargo de armas a Israel", disse a Relatora Especial da ONU para a Palestina, Francesca Albanese.

O partido político de Malta, o Movimento Graffiti, em uma carta ao Primeiro Ministro Robert Abela, e ao Ministro dos Transportes de Malta, Chris Bonnett, pediram o bloqueio do navio ao país.

"Fazer o contrário não seria apenas uma contravenção ao Artigo 1º Comum da Convenção de Genebra, mas também um grave ato de cumplicidade em um genocídio que já viu o assassinato de mais de 42.600 palestinos, dos quais pelo menos 16.765 eram crianças", dizia a carta. O Tribunal Internacional de Justiça, em janeiro deste ano, já declarou que o genocídio de palestinos em Gaza tem claras evidências, inclusive no que se trata de sua intencionalidade por parte de ministros de governo do regime israelense.

Moscú denuncia uso de armas químicas por Kiev

"As forças armadas ucranianas continuam utilizando, sistematicamente, produtos químicos tóxicos – cloro, amoníaco, nitrato de amônio, ácido sulfúrico – incluindo as listas 2 (Bi-Zet) e 3 (cloropicrina) condenados na Convenção sobre Armas Químicas", na sua guerra contra Moscou, afirmou a porta-voz do Ministério dos Assuntos Exteriores da Rússia, Maria Zakharova.

Zakharova denuncia que tropas de Zelensky têm como alvo não apenas forças russas, mas a população em geral. Prova disso, afirmou, é que forças policiais denominadas de "agentes anti-distúrbios" ucranianos têm "entrado em confronto com civis e funcionários da administração civil" fazendo uso deste tipo de armamento ilegal.

De acordo com a porta-voz russa, a razão de Kiev continuar fazendo uso destas substâncias proibidas para combater aos soldados e a população se deve "à convivência e ao patrocínio indiscriminado do Ocidente", que dá todo aval às suas atrocidades. "Advertimos a Washington e aos seus satélites que 'não brinquem com fogo' para não destruir definitivamente o regime da Convenção sobre armas químicas estabelecido desde 1997", enfatizou.

Zakharova alertou que o caminho trilhado pelos Estados Unidos não frutificará e lembrou que os "especialistas russos registraram violações por parte da Ucrânia das disposições dos artigos da Convenção sobre Armas Químicas, da Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 e da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971". "As formações armadas do regime de Kiev" também representam uma grave ameaça ao meio ambiente, garantiu, pois vem acumulando perigosos resíduos de forma deliberada. Como se não bastassem estas agressões, ressaltou, os ucranianos "atualmente

estão preparando e executando um conjunto de medidas destinadas a falsificar a base de provas, com o fim de continuar a projetar sobre a Rússia a violação das disposições da Convenção sobre Armas Químicas na condução das hostilidades".

As autoridades russas apuraram que de julho a setembro "os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) forneceram à Ucrânia mais de 70 modernas unidades de dispositivos técnicos para detecção e fixação de substâncias tóxicas".

"Pelo que entendemos, os materiais supostamente fabricados perto da linha de contato de combate, semelhante à Síria, serão entregues a especialistas internacionais que chegarão rapidamente à Ucrânia para compilar o chamado relatório pseudo-independente sobre o fato do implausível uso de armas químicas por parte de Moscou", advertiu a porta-voz russa.

Na sua avaliação, "o objetivo desta ação é claro". "Não existe nenhuma regra de direito internacional que impeça os países da Otan no seu desejo de alcançar a declarada 'derrota estratégica' da Rússia", esclareceu Zakharova, especialmente quando falamos sobre o formato das provocações químicas "sob um objetivo falso, bandeira que vem sendo desenvolvida há anos na Síria com o dos White Helmets (Capacetes Brancos financiados pelo governo inglês durante o ataque de terroristas à nação árabe)".

A jornalista e fotógrafa inglesa Vanessa Beley desmistificou a farsa mundialmente propagada pelos Estados Unidos dos Capacetes Brancos. Com o filme "Os últimos homens em Alepo", premiado com o Oscar de melhor documentário, a jornalista pôs abaixo a "organização" que se propalava neutra, mas não passava de fachada para receber financiamento dos serviços secretos dos EUA e Inglaterra.

Ataque israelense à missão da ONU no Líbano é execrado mundialmente



Forças de paz das Nações Unidas foram atacadas a mando de Netanyahu

105 países declaram apoio ao secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, agredido por Israel

Nesta sexta-feira (11), 105 países firmaram uma carta de apoio ao Secretário Geral da ONU Antonio Guterres, declarado 'persona non grata' pelo governo genocida de Israel.

A carta redigida pelo Chile faz uma condenação a Israel e ao governo de Netanyahu pela postura que tomaram com Guterres e aponta que a intenção de Israel é "miniar a capacidade da ONU de cumprir seu mandato, que inclui mediação de conflitos e fornecimento de apoio humanitário".

"Um total de 105 países assinaram uma carta de apoio ao secretário-geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, em resposta à declaração de persona non grata pelo governo de Israel; a iniciativa foi liderada pelo Chile, por meio de sua missão nas Nações Unidas", declarou o Ministério das Relações Exteriores do Chile.

"No Oriente Médio, isso pode atrasar ainda mais o fim de todas as hostilidades e o estabelecimento de um caminho confiável para uma solução de dois Estados vivendo lado a lado em paz e segurança. Em um momento de tensão elevada, o papel do Secretário-Geral é essencial para fomentar o diálogo e promover a paz e o entendimento entre as partes em conflito, bem como o desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados."

Invasores de Netanyahu bombardearam 130 centros de saúde no Líbano e mataram 180 paramédicos

A organização de monitoramento das condições de saúde, Monitor Euro-Mediterrâneo de Direitos Humanos (Euro-med Human Rights Monitor) denunciou os ataques israelenses a alvos civis no Líbano, incluindo o crime de guerra de atingir instalações de saúde protegidas pelo direito internacional humanitário.

"De acordo com o número divulgado pelo Ministério da Saúde libanês, desde o início dos ataques israelenses em 8 de outubro de 2023 e até 3 de outubro de 2024, Israel teve como alvo 45 centros médicos sob administração do Ministério, além de 128 ambulâncias e carros de bombeiros. Isso resultou na morte de 97 paramédicos e no ferimento de outros 188", afirmou a organização que tem sede em Genebra, na Suíça. "Israel também atacou 17 centros e 62 veículos, desta vez pertencentes à Autoridade Islâmica de Saúde no Líbano, matando 68 paramédicos e ferindo 98. Além disso, 18 paramédicos foram mortos e 62 ficaram feridos quando 57 veículos de escoteiros da Mensagem Islâmica e 15 instalações médicas foram atacadas", assinalou o Monitor.

"Três voluntários ficaram feridos quando o exército israelense atacou três unidades médicas administradas pela Associação Internacional Amel e um veículo da Cruz Vermelha Libanesa. Quanto à Defesa Civil Libanesa, 9 centros médicos e 6 veículos foram alvos. 4 paramédicos foram mortos e outros



Aldeia libanesa de Khiam sob bombardeio israelense

destruíram os portões e entraram uma das bases

de força. Outra base teve sua torre de observação destruída. Segundo os informes, 5 soldados da ONU, os capacetes azuis, ficaram feridos. Outros sofreram com gás lacrimogêneo disparado contra bases da ONU.

Israel insiste em pressionar para que os soldados da missão de paz se retirem. Mas, até aqui, a ONU se recusa a fazê-lo, alegando que a força de paz permanecerá cumprindo o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A declaração de Netanyahu diante da recusa da ONU foi da mais abjeta desfaçatez com o direito internacional: "As Forças Armadas de Israel pediram [a retirada da Unifil] repetidas vezes, e receberam repetidas recusas, algo que tem o efeito de dar ao Hezbollah escudos humanos", disse o chefe da invasão ao líbano.

Segundo declaração da UNIFIL, os tanques

AGRESSÃO DESPREZÍVEL



Ambulância destruída por ataque de Israel ao Líbano

25 ficaram feridos durante os ataques", acrescentou.

"Em ações israelenses relacionadas, a Defesa Civil Libanesa recebeu uma ameaça israelense ordenando que seus membros não viajassem para as áreas-alvo, ou seja, o subúrbio ao sul de Beirute, que havia sido submetido aos ataques mais violentos desde que os ataques ao Líbano se expandiram em 23 de setembro de 2024. A ameaça também declarou que eles seriam alvo se fossem se aproximar dos locais dos ataques no subúrbio para ajudar as vítimas", frisou.

A organização humanitária também informou, com base em informações do Ministério da Saúde libanês, que 1974 pessoas foram mortas no Líbano entre 8 de outubro de 2023 e 3 de outubro de 2024, incluindo 127 crianças e 261 mulheres, com 9.384 feridos. Precisou que os bombardeios israelenses danificaram mais

ONU, Canadá, Espanha, França, Irlanda, Itália, Turquia, Rússia e diplomacia da União Europeia foram os primeiros no repúdio internacional à agressão

Israel teve contundente condenação da comunidade internacional por ter atacado na quarta-feira (9) três bases da missão de paz da ONU localizada na fronteira líbano-israelense e denominada Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

A agressão feriu dois indonésios integrantes da força da ONU (capacetes azuis) que tiveram de ser hospitalizados.

Em uma "grave violação do direito humanitário internacional", afirmou a Unifil, um tanque Merkava das tropas de extermínio de Netanyahu disparou "deliberadamente" contra a torre de observação do quartel-general da missão em Naqoura, também "danificando a iluminação, veículos e uma estação de transmissão". Além disso, um drone dos israelenses foi visto sobrevoando o local.

Canadá, Espanha, França, Irlanda, Itália, Turquia, Rússia e União Europeia (UE) foram os primeiros a se pronunciar em defesa do respeito à Carta da ONU e contra os desmandos israelenses, qualificados amplamente como "crimes de guerra".

As bases ficam a poucos quilômetros de distância uma da outra, ao longo da linha de demarcação entre Israel e Líbano, país onde mais de duas mil pessoas já foram mortas e 10 mil ficaram feridos na mais recente invasão pelo governo de Tel Aviv, no começo de outubro. Desde o ano passado, o escritório de direitos humanos da ONU informou que já são mais de 100 médicos e trabalhadores de emergência executados na invasão.

À covardia da ação, o ministro da Defesa da Itália, Guido Crosetto, convocou uma reunião de emergência com o embaixador de Israel em Roma, a fim de que detenha a insanidade. Dos cerca de 10 mil militares das forças de paz na região, aproximadamente mil são italianos.

A ONU descreveu o incidente como um desenvolvimento "muito sério" e alertou que Israel vem tentando fazer com que as suas forças de paz se movam de "certas posições", o que lhe possibilitaria operar impunemente, sem qualquer controle. "Se a situação se tornar impossível para a missão operar no sul do Líbano... caberá ao Conselho de Segurança decidir como seguir em frente", frisou a Unifil.

A ministra das Relações Exteriores da Indonésia, Retno Marsudi, reiterou que qualquer ataque a pessoal e propriedade da ONU, como vem sendo feito por Israel, representa uma "grande violação" do direito dos povos a existir.

O primeiro-ministro irlandês, Simon Harris, qualificou a agressão sionista de "realmente perigosa e desprezível contra as forças de paz". Harris disse que estava protestando "nos mais altos níveis" e propôs que as Nações Unidas e todos os países que compõem a Missão de Paz deveriam "falar a uma só voz" sobre as violações cometidas pelas tropas de Netanyahu. O líder irlandês disse estar preocupado que "Israel não ouça", o que torna necessária uma cobrança mais efetiva. "Não podemos ter uma situação em que uma agressão possa forçar uma missão de paz a sair", apontou.

O primeiro-ministro irlandês, Simon Harris, qualificou a agressão sionista de "realmente perigosa e desprezível contra as forças de paz".

Harris disse que estava protestando "nos mais altos níveis" e propôs que as Nações Unidas e todos os países que compõem a Missão de Paz deveriam "falar a uma só voz" sobre as violações cometidas pelas tropas de Netanyahu. O líder irlandês disse estar preocupado que "Israel não ouça", o que torna necessária uma cobrança mais efetiva. "Não podemos ter uma situação em que uma agressão possa forçar uma missão de paz a sair", apontou.

O Brasil também deploreou a manifestação do regime israelense afrontando a ONU e pedindo a retirada das forças de paz do sul do Líbano. A missão de paz foi estabelecida em 1978 pelo Conselho de Segurança da ONU.

"Os ataques de Israel às forças da ONU, após seus massacres contra civis em Gaza, na Cisjordânia e no Líbano, são uma manifestação de sua percepção de que seus crimes ficam impunes", declarou o Ministério das Relações Exteriores da Turquia em comunicado. Para o governo turco, "a comunidade internacional é obrigada a garantir que Israel cumpra o direito internacional".

O chefe de política externa da União Europeia, Josep Borrell, reforçou a cobrança em defesa dos capacetes azuis, qualificando o ataque às forças de paz da ONU como um "ato inadmissível, para o qual não há justificativa". Borrell recordou que Israel tem a obrigação de respeitar tanto o direito humanitário internacional quanto a Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU, que dá à Unifil um mandato para ajudar o exército libanês a manter sua área de fronteira com Israel livre de armas e pessoal armado. "É necessária total responsabilização", enfatizou.

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia manifestou repulsa às ações israelenses e exigiu que Israel se abstenha de qualquer medida hostil contra as forças de paz da Unifil. "Condenamos nos termos mais enérgicos os ataques sistemáticos e deliberados levados a cabo pelo exército israelense contra as forças de manutenção da paz", sublinhou o governo libanês, que solicitou ao Conselho de Segurança da ONU e à comunidade internacional uma postura dura e firme para dar um basta aos crimes e à impunidade.

PROTESTOS

A indignação com o genocídio do povo palestino e os recentes ataques à missão de paz da ONU no Líbano percorreu as ruas das mais diversas cidades por todo o mundo neste final de semana.

As manifestações lembraram um ano de genocídio do povo palestino e pediram a liberdade e defenderam o direito dos palestinos à autodeterminação e o fim do regime de apartheid de Israel.

Os protestos aconteceram nas mais diversas cidades, entre elas Paris, Kuala Lumpur, Manchester, Berlim, Wolfsburg, Copenhague, Estocolmo, Helsingborg, Milão, Sanaa e Istambul, e pedem por justiça aos palestinos e que a ocupação israelense seja responsabilizada por crimes cometidos. Norte-americanos tomaram as ruas de Nova Iorque, Washington, Chicago, Portland, Dallas e Los Angeles.

O governo do México se somou às autoridades internacionais que saíram em condenação à estúpida agressão israelense a postos da ONU: o Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefiado pelo chanceler Juan Ramón de la Fuente, apontou que os ataques israelenses aos postos da ONU são violações flagrantes dos direitos internacionais e de resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil também deploreou a manifestação do regime israelense afrontando a ONU e pedindo a retirada das forças de paz do sul do Líbano. A missão de paz foi estabelecida em 1978 pelo Conselho de Segurança da ONU e atua desde então na manutenção da paz e da segurança no sul do Líbano.

(Prensa Latina)



Presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel Cuba pede ingresso no BRICS

O governo de Cuba pretende ingressar no BRICS+, anunciou o Ministério das Relações Exteriores de Cuba, através do diplomata Carlos Pereira, nesta terça-feira (8). O enviado da diplomacia russa, Viktor Coronelli, já disse no mês passado que Cuba é um convidado do presidente russo, Vladimir Putin, para a próxima cúpula dos BRICS+ em Kazan.

“Cuba solicitou oficialmente sua incorporação ao BRICS como país parceiro em uma carta ao presidente russo, Vladimir Putin, que ocupa a presidência do grupo,” disse Carlos Pereira. “O Grupo está consolidando sua posição como ator-chave na geopolítica global e uma fonte de esperança para os países do Sul,” acrescentou.

O BRICS é um grupo de países com economias emergentes que formaram um fórum político e econômico em oposição ao bloco do G7, composto pelos chamados países desenvolvidos, grupo sob hegemonia dos EUA.

O BRICS, que tem polarizado a disputa anticolonial nos terrenos político e econômico, foi fundado em 2006 pelo Brasil, Rússia, Índia, China e contou com o ingresso da África do Sul em 2011.

O ingresso de Cuba tem especial significado, pois é mais uma demonstração do repúdio mundial ao insano bloqueio imposto pelos Estados Unidos ao país caribenho.

Em janeiro deste ano, o Egito, o Irã, a Etiópia e os Emirados Árabes Unidos ingressaram oficialmente no grupo. A Arábia Saudita ainda está finalizando o processo de adesão. Mais 34 países já demonstraram interesse de fazer parte do grupo e atualmente, todos os países membros do BRICS+ juntos, respondem por 28% do produto interno bruto nominal do mundo e 46% da população mundial.

A inclusão do Egito e da Etiópia, duas nações africanas com forte influência regional, economias diversificadas e grande população, irá aumentar a influência do BRICS no continente africano, podendo proporcionar aos dois novos países membros uma plataforma para políticas internacionais.

O BRICS+ está rivalizando com outros blocos como a União Europeia e o G7 em termos de alcance econômico e influência, e potencialmente irá servir de impulso pra o comércio global. É esperado que o grupo atraia 25% de investimento direto estrangeiro global. Em comparação, a participação do G7 no PIB global caiu de 47% em 2002 para 29,6% em 2024 (declínio de 12,5 pontos percentuais). Enquanto o BRICS+ aumentou de 24,1% em 2002 para 36,7% em 2024 (aumento de 12,6 pontos).

É esperado que até 2029 a participação do G7 caia ainda mais, para 27,5%, enquanto a participação do BRICS+ deve subir para 38,3%.

Navios dos EUA estavam no local quando explodiu o Nord Stream, informa jornal dinamarquês

Um dos maiores jornais da Dinamarca, o diário Politiken, publicou na semana passada declarações do capitão do porto da ilha de Christiansø, John Anker Nielsen, em que este revelou que, “quatro ou cinco dias antes da explosão dos gasodutos NordStream”, barcos de guerra dos EUA estiveram na região do atentado, com transponder desligado, como ele verificou pessoalmente e, ao interpellar as embarcações, foi-lhe dito para ir embora imediatamente.

A menos de algum defeito, quando uma embarcação desliga o transponder, é porque ela não quer revelar sua localização, como quando petroleiros querem escapar das sanções dos EUA. Ou, como no caso, quando americanos tranquilos exercitam o terror.

Segundo o relato do capitão Nielsen, ele estava no serviço de resgate do porto de Christiansø e foi orientado a ir verificar o problema de navios com transponder desligado, o que presumiram ser um sinal de acidente. Christiansø é uma ilha do arquipélago com o mesmo nome, localizada não muito longe da ilha de Bornholm, por onde correm ambas as vertentes do

Nord Stream.

As declarações publicadas pelo Politiken trazem nova luz sobre os atentados, cuja investigação notoriamente vem sendo empurrada para debaixo do tapete pela Suécia, Dinamarca, Alemanha e EUA, e com qualquer informação terminantemente negada à Rússia, país ao qual os gasodutos pertencem.

No mínimo, se trataria do maior caso de terrorismo industrial, mas Berlim e Washington fingem que é possível olhar para outro lado.

ORDEM DE BIDEN

Conforme o jornalista vencedor do prêmio Pulitzer, e denunciador do massacre de Mi Lai no Vietnã e da tortura em Abu Graib no Iraque, Seymour Hersh, o atentado foi cometido pela CIA, sob ordens de Biden, para evitar qualquer recuo do governo Scholz quanto à aventura na Ucrânia, com a indústria alemã dependendo desesperadamente do gás russo barato para se manter à tona.

Segundo Hersh, a colocação dos explosivos fora executada usando como cobertura os exercícios da Otan no Mar Báltico no verão de 2022, o Baltops 22 [...]

Leia mais no site

EUA tornou o dólar um instrumento de guerra, denuncia Jeffrey Sachs



Economista Jeffrey Sachs fala em reunião preparatória para Cúpula do BRICS

Bioengenharia chinesa conquista avanço no tratamento de doenças autoimunes

Um artigo da revista Nature, descreve sobre uma terapia desenvolvida pelos chineses para o tratamento de doenças autoimunes. Seria os primeiros três casos de remissão em pacientes com doenças autoimunes que receberam o tratamento.

O tratamento consiste na aplicação de células imunes modificadas por CRISPR e bioengenharia. Três pacientes, uma mulher e dois homens, chineses, foram os primeiros a receber o tratamento com células imunes criadas a partir de células de doadores e não de células coletadas dos corpos dos próprios pacientes. CRISPR é uma técnica de edição genética.

Células receptoras de antígeno quimérico (CAR) T se mostraram promissoras no combate de um número de doenças, incluindo câncer no sangue. Os testes foram feitos pelo Dr. Xu Huiji, reumatologista da Universidade Médica Naval de Xangai.

Um dos pacientes com esclerose sistêmica, homem de 57 anos, que afeta tecidos conjuntivos e causa endurecimento da pele, disse que após três dias sentiu sua pele suavizar e recuperou os movimentos dos dedos e mandíbula. Mais de um ano depois de receber o tratamento, o paciente diz estar bem de saúde.

A mulher, de 42 anos, sofria de uma miopatia au-



Biotecnologia chinesa avança contra doenças autoimunes

toimune, que causava fraqueza a fadiga. Depois de seis meses de tratamento ela começou a entrar em remissão. Segundo o artigo da revista Nature, essa nova forma de terapia usando células imunes doadas, se for bem sucedida irá permitir a empresas farmacêuticas aumentarem a fabricação, cortando custos e tempo de produção.

toimune, que causava fraqueza a fadiga. Depois de seis meses de tratamento ela começou a entrar em remissão.

Segundo o artigo da revista Nature, essa nova forma de terapia usando células imunes doadas, se for bem sucedida irá permitir a empresas farmacêuticas aumentarem a fabricação, cortando custos e tempo de produção.



Depósito de carros do maior porto fluvial da Europa, em Duisburg, na Alemanha (AFP)

Submisso a Washington, governo alemão deixa país sem gás russo e sob recessão há dois anos

A economia da Alemanha, a maior da União Europeia (UE), irá se contrair pelo segundo ano consecutivo devido ao corte no fornecimento do gás e do petróleo russos, do qual é dependente, segundo o jornal Sueddeutsche Zeitung deste domingo (6), que confirmou com o Ministério da Economia a previsão de uma recessão de 0,2% neste ano. A contração no ano passado já havia sido de 0,3% no ano, enquanto a inflação segue pesando no bolso dos consumidores.

Conforme reconheceu o governo alemão, os preços da energia dispararam após Berlim começar a fazer o jogo dos Estados Unidos ao lado da Ucrânia em 2022, e parar de importar um bem de primeira necessidade, fazendo a produção industrial alemã despencar 5,3% entre julho de 2023 e julho de 2024.

A Alemanha dependia da Rússia para 55% de suas importações de gás natural antes do conflito e, com o país eliminando sua infraestrutura de energia nuclear em prol de energias renováveis, o déficit forçou os preços da energia a dispararem e elevou

o custo de fabricação.

Mas não foram só os “problemas da energia”, apontaram os especialistas, pois a crescente concorrência da China vem forçando grandes transnacionais alemãs como a Volkswagen a diminuir suas operações. Exemplo disso, no mês passado anunciou que poderia passar o cadeado em duas fábricas – os primeiros fechamentos nos 90 anos de história da empresa.

Sem proteger seu setor energético dos picos de preços de energia – à mercê do oportunismo dos petroleiros estadunidenses – está transformando a década de 2020 em “uma década perdida”, constatou o Fórum para uma Nova Economia, sediado em Berlim, no início deste ano, qualificando a crise de “a pior retração econômica do país desde a Segunda Guerra Mundial”.

Mesmo um cenário mais otimista para os próximos anos, ligado à implementação rápida de um pacote

de medidas – que inclui precisamente a redução permanente dos preços da eletricidade para as fábricas, melhorias fiscais, incentivos ao trabalho para os idosos e trabalhadores estrangeiros qualificados, os principais institutos de pesquisa continuam sem grandes expectativas. As projeções continuam sendo pessimistas e reduziram sua previsão para 2025 de 1,4 para 0,8% e de 1,3% para 2026.

A queda dos salários e do poder aquisitivo está vitimando a impopularidade do chanceler Olaf Scholz, que está alcançando níveis assombrosos. Uma pesquisa da ARD-DeutschlandTrend realizada em setembro apontou que somente 18% dos alemães estão satisfeitos com o seu desempenho, o menor número já registrado para um líder alemão. Até então a menor classificação já registrada era a da ex-chanceler Angela Merkel, de 40%, contra os insignificantes 24% de Gerhard Schroeder.

“É claro que os países precisam de mecanismos de pagamento que não sejam em dólar”, afirmou Sachs à reunião preparatória do BRICS em Kazan

O governo dos EUA transformou o dólar em uma arma em vez de servi-lo como meio de troca ou reserva de valor, disse o premiado economista norte-americano, consultor da ONU e especialista em políticas públicas, Jeffrey Sachs.

A análise foi feita por Sachs na quinta-feira (10) em seu discurso por meio de um link de vídeo para uma reunião de ministros das finanças e dirigentes de bancos centrais do BRICS, preparatória para a cúpula anual, que ocorrerá no final deste mês em Kazan, na Rússia. Na reunião, essas autoridades discutiram a melhoria do sistema monetário e financeiro internacional.

Segundo o economista, a apreensão e congelamento de ativos russos, como parte das sanções contra a Rússia relacionadas à Ucrânia, obviamente implicam na militarização do dólar. Ele lembrou que Washington já havia enveredado por esse curso ao congelar fundos iranianos, venezuelanos, afegãos e de outros países.

No caso das sanções contra a Rússia, a pretensão da oposição de Moscou à anexação da Ucrânia pela Otan, os EUA e seus aliados congelaram cerca de US\$ 300 bilhões em ativos do banco central russo, dos quais US\$ 5 bilhões em bancos norte-americanos. Em abril, o presidente Joe Biden assinou um projeto de lei permitindo a apreensão de fundos russos mantidos nos EUA e sua transferência para um fundo de reconstrução da Ucrânia.

“Você não pode usar o dólar como mecanismo de

pagamentos”, enfatizou Sachs, quando um presidente sozinho pode assinar ordens e apreender essencialmente bilhões de dólares em ativos russos. A moeda dos EUA tornou-se “um instrumento de política agressiva”, concluiu.

“Eu disse ao meu próprio governo nos últimos 15 anos: ‘Pare de fazer isso, isso é loucura, vai destruir a confiança no dólar’. Você não pode continuar com o sistema assim, não é apenas a Rússia”, ele destacou.

Sachs observou que a China quer ter um comércio normal sem ameaças de sanções dos EUA, mas, embora os bancos chineses façam parte do sistema SWIFT, eles precisam obedecer por medo de serem cortados da rede financeira internacional.

“Então, a questão é que precisamos de alternativas, isso é claro”, afirmou o economista. “É claro que os países precisam de mecanismos de pagamento que não sejam em dólar. Vamos precisar de algumas entidades rápidas e de veículos especiais que também não estejam envolvidas nos sistemas de pagamento em dólares ... entidades que não possam ser sancionadas diretamente...”

O economista ressaltou que “a melhor alternativa seria se os EUA recuperassem o bom senso, a decência e a legalidade e parassem de impor sanções unilaterais”.

Tais sanções dos EUA são “absolutamente incorretas” e ilegais pelos padrões do direito internacional e da Carta da ONU, disse Sachs, que também é presidente da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Rejeição ao estelionato eleitoral do premiê Starmer explode na Inglaterra

Com o primeiro-ministro trabalhista Keir Starmer completando os primeiros 100 dias de governo, a rejeição a seu governo disparou, com o estelionatário eleitoral conseguindo a proeza de, em um prazo tão curto, ter ficado mais rejeitado que o antecessor, o conservador e neoliberal sem disfarce Rishi Sunak.

Segundo nova pesquisa Ipsos, a popularidade líquida de Sir Keir (aprovação menos a rejeição) afundou em 28 pontos negativos, pior até mesmo do que a classificação do Bolsonaro britânico, Nigel Farage. A aprovação foi realizada com mais de 1.000 adultos britânicos entre 4 e 7 de outubro.

Como estopim da degredada, Starmer, que prometera aos eleitores um “governo de mudança” e que iria reverter os cortes de uma década de austeridade, cinicamente anunciou “a difícil escolha” de tirar a ajuda para o aquecimento de casa no inverno que existe há duas décadas – e criada pelos trabalhistas –, deixando 10 milhões de aposentados prestes a congelar, substituída por um vale “cobertor bem fino” que só chegará a um de cada dez dos beneficiários.

Como salientou o jornal Telegraph, a popularidade líquida, de + 15 no final de julho, foi para menos 13 em outubro, “um colapso de 28 pontos percentuais no terreno negativo”. Por sua vez o The Independent registrou que o Partido Trabalhista “continua em queda livre de popularidade ao marcar 100 dias no governo”.

Os “100 dias”, que correm aos primeiros três meses de governo, foram criados na década de 1930 pelo recém eleito

presidente Franklin Roosevelt, como forma de mobilizar os cidadãos para tirar o país da Grande Depressão, que se seguiu ao crash de 1929, e desde então muitos governos passaram a usar esse período como uma demonstração de seu compromisso com o programa com o qual foram eleitos.

Também em nome da responsabilidade fiscal, o governo Starmer manteve a limitação estabelecida pelos conservadores a dois filhos por família pobre da ajuda às crianças, deixando 250 mil crianças desassistidas e chegando ao ponto de suspender sete deputados trabalhistas que votaram contra o arrocho e pela redução da pobreza infantil.

Decisões draconianas que foram anunciadas como imprescindíveis para conter o déficit fiscal, ou seja, transferir mais dinheiro para os especuladores e agiotas, para a nata da City londrina, como é conhecido o enclave financeiro inglês, às custas dos aposentados e das crianças.

Também a chefe de gabinete do premiê, Sue Gray, acabou renunciando ao cargo em Downing Street 10, após uma enxurrada de denúncias de que ela e outros auxiliares de Sir Keir receberam “brindes”, benesses e propinas variadas, de ingressos grátis para jogos do Arsenal e shows da Taylor Swift, até acesso a carros e apartamentos.

O ex-líder trabalhista Jeremy Corbyn disse: “Em apenas 100 dias, o governo retirou os pagamentos de combustível de inverno dos aposentados, optou por manter 250.000 crianças na pobreza e profanou o valor do direito internacional.”

Leia mais no site do HP

A herança de Getúlio é o Brasil (7)

Continuação da edição anterior

(...) Mas, agora, a Nação estava de volta ao poder

CARLOS LOPES

Numa menção ao seu retiro, desde 1946, em São Borja, depois de participar da Constituinte – eleito senador por São Paulo e Rio Grande do Sul e deputado federal por nove Estados:

“O silêncio, a meditação, o estudo convenceram-me de que só uma reforma de base pode salvar o Brasil. Restabelecemos a confiança dos brasileiros em si mesmos e tracemos um plano de grande envergadura. É necessário já não só uma planificação econômica mas um plano integral de reorganização nacional para combater a subprodução, o subconsumo, a subcultura, a subnutrição e a desorganização geradora de uma subdemocracia, dominada por parasitas e intermediários que exploram o produtor e o consumidor”.

É mais adiante: “Precisamos defender o povo, esse povo brasileiro, bom, generoso, paciente e sofredor ludibriado por falsas promessas e massacrado quando protesta. Renovação ou perecimento, é o dilema que nos aguarda”.

São unânimes os testemunhos de que Getúlio não pretendia ser candidato a presidente em 1950. À beira dos 70 anos, considerava que já tinha dado a sua contribuição. Procurava uma solução de compromisso para a sucessão presidencial. No entanto, esta solução não apareceu. Nem era possível. Como da outra vez, em 1937, não se tratava de um problema meramente eleitoral. Para a nova guerra que havia se iniciado em 1945, o Brasil ainda não tinha produzido um comandante à altura de ser o seu substituto. Será ele, que comandou a nossa libertação do jugo anterior, que terá de empreender a primeira batalha da nova guerra – da qual sairá vitorioso o povo brasileiro, ainda que isso custe o sacrifício da vida de seu líder.

Sob esse aspecto, Getúlio parece, estranhamente, prever desde o início qual será o desfecho: em julho de 1950 – três meses antes das eleições que o levariam outra vez ao governo – ele concedeu uma entrevista ao jornal “Folha da Noite”:

“Conheço meu povo e tenho confiança nele. Tenho plena certeza de que serei eleito, mas sei também que, pela segunda vez, não chegarei ao fim do meu governo. Terei que lutar. Até onde resistirei? Se não me matarem, até que ponto meus nervos poderão aguentar? Uma coisa lhes digo: não poderei tolerar humilhações”, afirmou.

Precisamente: humilhá-lo será humilhar o povo brasileiro, que ele representava e representou como nenhum outro. Ele não o permitirá, aconteça o que acontecer. O que Getúlio parece perceber, nesse momento, é que as forças nacionais não têm ainda a maturidade necessária para a vitória completa nessa nova guerra. Assim, dificilmente poderão se unir e resistir ao assédio das forças contrárias. O sacrifício para que essa unidade e maturidade possam ser alcançadas – ou, como escreveu na Carta-Testamento, para que “meu nome seja vossa bandeira de luta” – é, então, uma possibilidade em que ele não pode deixar de pensar.

Assim ele o fundamenta, na mesma entrevista:

“Tenho 67 anos e pouco me resta de vida. Quero consagrar esse tempo ao serviço do povo e do Brasil. Quero, ao morrer, deixar um nome digno e respeitado. Não me



interessa levar para o túmulo uma renegada memória. Procurarei, por isso mesmo, desmanchar alguns erros de minha administração e empenhar-me-ei a fundo em fazer um governo eminentemente nacionalista. O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e, nesse sentido, farei tudo para conseguí-lo. Cuidarei de valorizar o café, de resolver o problema da eletricidade e, sobretudo, de atacar a exploração das forças internacionais. Elas poderão, ainda, arrancar-nos alguma coisa, mas com muita dificuldade. Por isso mesmo, serei combatido sem tréguas. Eles, os grupos internacionais, não me atacarão de frente, que não se arriscam a ferir os sentimentos de honra e civismo do nosso povo. Usarão outra tática, mais eficaz. Unir-se-ão com os descontentes daqui de dentro, os eternos inimigos do povo humilde, os que não desejam a valorização do homem assalariado, nem as leis trabalhistas, menos ainda a legislação sobre os lucros extraordinários. Subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos inocentes. E, em nome de um falso idealismo e de uma falsa moralização, dizendo atacar sórdido ambiente corrupto, que eles mesmos, de longa data, vêm criando, procurarão, atingindo minha pessoa e o meu governo, evitar a libertação nacional. Terei de lutar. Se não me matarem...”.

Isso foi dito, e publicado três meses antes das eleições – e quatro anos antes de seu último gesto.

12

Não existe exemplo, até os dias de hoje, de uma eleição presidencial comparável à de outubro de 1950. Com três candidatos principais, Getúlio teve 48,7% dos votos contra 29,7% dados ao candidato da UDN e 21,5% ao candidato do PSD.

Os rábulas da UDN, rapidamente apresentaram a ridícula tese de que Getúlio não havia sido eleito, pois tinha ficado a pouco menos de 1% da maioria absoluta.

Não só a Constituição de 46 não previa a maioria absoluta, como a tentativa de instituí-la havia sido fragorosamente derrotada na Constituinte. A parcela mais deteriorada da UDN, o entreguismo histórico, tornou-se, a partir daí, uma impudica vivandeira de quartel. Era o golpe de Estado que pregavam abertamente – e tentaram, várias vezes.

Mas, agora, a Nação estava de volta ao poder.

Se a única obra do segundo governo de Getúlio houvesse sido a Petrobrás, já seria um dos maiores governos que o país já teve. Sua fundação foi a continuidade da política implementada durante o Estado Novo e um salto de qualidade nessa política.

A primeira medida para a implantação da indústria petrolífera nacional havia sido o dispositivo da Constituição de 1937 que exigia a nacionalidade brasileira dos acionistas de empresas de mineração, proibindo ao capital estrangeiro a exploração de nossos recursos naturais; a segunda, o decreto de abril de 1938, que



declarava propriedade pública todos os campos produtores de petróleo; a terceira, o decreto do mesmo mês que criou o Conselho Nacional do Petróleo, declarou utilidade pública o abastecimento de derivados de petróleo e nacionalizou a indústria de refinação.

Tais medidas tinham como evidente objetivo impedir que o nosso petróleo caísse sob o monopólio do cartel das sete irmãs, cujo interesse, reiteradamente demonstrado, era o de que o petróleo brasileiro não fosse explorado – o que poderia baixar os preços internacionais – mantendo-nos prisioneiros das importações de seus produtos e como reserva a ser usada de acordo com suas necessidades e interesses.

Faltava um instrumento que explorasse em benefício do país o seu petróleo. A situação se agravava desde o Estado Novo: entre 1945 e o final de 1951, o consumo nacional de derivados de petróleo havia mais do que triplicado e o país gastava 23% de sua receita cambial com a importação deles. O desenvolvimento do país dependia de ter uma indústria petrolífera própria.

De São Borja, em novembro de 1948, numa entrevista à Revista do Globo, Getúlio afirmara:

“Não devemos permitir a participação do capital estrangeiro na exploração do nosso petróleo. Devemos entregá-lo ao monopólio estatal. O governo é que deve explorá-lo. Se permitirmos o capital particular, mesmo nacional, nosso petróleo pode cair nas mãos de testas-de-ferro.”

A assessoria econômica que preparou o projeto deparava-se, porém, com um problema, os custos de implantação da empresa, que somavam o triplo dos investimentos da siderúrgica de Volta Redonda, sem que pudessemos contar com qualquer empréstimo externo: não era mais Roosevelt que estava na Presidência dos EUA, e os interesses norte-americanos não eram mais, como no início da década de 1940, o de obter nossa cooperação tendo em vista a guerra, mas o de promover a espoliação do país.

Os custos de implantação, supostamente impossíveis ao Brasil, era a argumentação dos que queriam conceder nossas reservas à Standard Oil e à Shell.

Colocado o problema ao presidente, ele escreveu à margem do documento da assessoria: “Prossigam-se os estudos sem temor quanto ao vulto dos investimentos, desde que os fundamentos do programa sejam objetivos e a possibilidade de mobilizar recursos sejam efetivas”.

A solução foi descoberta logo em seguida: desde 1946 que o imposto sobre as importações de petróleo e derivados não era atualizado, beneficiando a Standard Oil, a Shell e demais “irmãs”. Corri-

do de acordo com a inflação, bastava 25% da arrecadação desse imposto para que os custos com a implantação da indústria nacional do petróleo fossem cobertos. Existiam os recursos suficientes para a alavancagem inicial da Petrobrás.

A batalha parlamentar, que durou de outubro de 1951 até setembro de 1953, foi feroz. O projeto do governo partia de uma cuidadosa avaliação da correlação de forças no Congresso e na sociedade. Sabia-se da posição udenista de não distinguir entre capital nacional e capital estrangeiro, o que, devido à diferença de poderio entre um e outro, era a mesma coisa que privilegiar o capital estrangeiro contra o nacional. Sabia-se que parte do PSD e outros partidos que constituíam a base parlamentar do governo poderiam ser arrastados pela UDN – ou, melhor, pelas sete irmãs, que mandaram seus representantes e seu dinheiro ao Brasil.

O projeto estabelecia, então, em seu art. 5º, que o controle da Petrobrás – sob a forma de, no mínimo, 51% das ações com direito a voto – pertenceria, obrigatoriamente à União, isto é, ao Estado, mas que seria permitida a participação do capital privado, inclusive estrangeiro, em minoria. Era a forma de dobrar as resistências, fabricadas e aquladas pela indústria petrolífera externa, no Congresso.

Apesar disso, o projeto foi bombardeado equivocadamente como entreguista por elementos dentro do próprio campo nacional. A direção da UDN, com o partido sem unidade interna – pois havia um setor udenista que defendia a proteção ao petróleo nacional -, e à beira da desmoralização diante da sua própria base eleitoral, foi compelida, então, à mais desastrosa manobra parlamentar da história política brasileira: tentou inviabilizar o projeto atacando-o ‘pela esquerda’, como insuficientemente nacionalista, pretendendo, assim, derrubá-lo em aliança com os setores patrióticos que criticavam o projeto do governo. Derrotado o projeto, o país continuaria sem indústria petrolífera.

Era a mais translúcida confissão de que não havia espaço político algum para a entrega do petróleo ao cartel das sete irmãs. Os entreguistas eram obrigados a travestir-se de defensores do petróleo brasileiro para que ficasse onde o cartel das sete irmãs queria que ficasse – embaixo da terra. Mas, com isso, estava aberta a brecha: quando o deputado Euzébio Rocha foi a Getúlio e em seguida lançou o substitutivo que estabelecia o monopólio estatal do petróleo, com a Petrobrás como executora em nome do povo brasileiro, a derrota do entreguismo foi retumbante. A própria UDN foi obrigada a votar pelo monopólio estatal

e pela Petrobrás. No dia 3 de outubro de 1953, aniversário da Revolução de 30, Getúlio sancionava a lei 2.004.

O outro problema básico para o desenvolvimento nacional era o da eletricidade, monopolizada por um cartel estrangeiro que cobrava tarifas extorsivas, com a estagnação e sucateamento da geração, distribuição e transmissão de energia. A fraude imperava, às custas do Estado e do povo brasileiro.

Aprovada a Petrobrás, é à solução desse problema que Getúlio se dedicará a partir de fins de 1953.

Em janeiro de 1954, chegou aos lares brasileiros, através do rádio, a mais contundente denúncia da situação da espoliação do país a partir de fora, e particularmente no setor elétrico:

“Posso hoje anunciar o meu programa de governo, programa que venho executando em silêncio, e só não o anunciei previamente porque os debates teriam impedido sua realização”.

Getúlio descreveu o “excepcional campo de exploração” que era causa de nossas dificuldades cambiais, de balança comercial e monetárias, com “o enfraquecimento de nossas energias, a redução de nossos valores de trabalho”.

Ao investigar as responsabilidades, “quase que paralelamente se desencadeava uma campanha para tisanar de corrupção o meu governo. Estendia-se uma cortina de fumaça para se impor meu recuo ou uma perda de autoridade que paralisasse a Nação”.

“Agora vou dizer-vos como se sangravam as energias do trabalho do povo brasileiro”.

Além da exploração comercial, com o aumento, somente em 1951, do preço das importações em 50% sem que as exportações tivessem aumento de preço semelhante, o superfaturamento das importações campeava: “Tivemos um mínimo de desvios cambiais de 250 milhões de dólares em 18 meses”.

“Outra sangria se determinava no registro de capitais estrangeiros e na remessa de lucros. Uma instrução da fiscalização bancária permitia fossem adicionados ao capital estrangeiro, como moeda estrangeira, os excedentes dos lucros, juros ou dividendos sobre 8% do capital. Começou a multiplicação dos lucros em cruzeiros, transformados, assim, em capital estrangeiro, contra o texto expresso da lei. De acordo com essa estranha interpretação, passou-se a registrar como capital em moeda estrangeira os lucros obtidos em cruzeiros. Verificando a violação do texto e do espírito da lei, tendo conhecimento da elevação vertiginosa de compromissos de câmbio para pagamento de capital que não fora realmente investido no Brasil, denunciarei à Nação, em dezembro de 1951, o abuso, e

Se a única obra do segundo governo de Getúlio houvesse sido a Petrobrás, já seria um dos maiores governos que o país já teve. Sua fundação foi a continuidade da política implementada durante o Estado Novo e um salto de qualidade nessa política

determinei providências energéticas. Em 1948, estavam registrados capitais estrangeiros no valor de Cr\$ 6.232 milhões. Em 1949, o valor subia a Cr\$ 9.633 milhões e, em 1950, já tínhamos um valor de Cr\$ 15.718 milhões pedindo registro. A progressão era geométrica. O registro como moeda estrangeira dos lucros acima de 8% representava operação cambial correspondente a um esgotamento definitivo das nossas energias. Examinadas as contas de capital de US\$ 237.355.454, ficou verificado que, efetivamente, só tinham direito ao registro de US\$ 104.674.868. E quanto aos empréstimos, que totalizavam US\$ 241.982.694, só existia a documentação de empréstimos reais no valor de US\$ 57.243.721”.

Referindo-se ao problema do petróleo, recém equacionado, e ao da energia:

“Uma curiosa coincidência criou um regime fiscal privilegiado para desenvolver o consumo de gasolina. Ao mesmo tempo, entravam em derrocada nossos transportes ferroviários, sem recursos básicos para a renovação. Outra curiosa coincidência: diminuiu o ritmo das instalações para a produção de energia hidrelétrica e se desenvolvia a produção de energia termelétrica, na base do petróleo. Nestes últimos dez anos o desenvolvimento do Brasil tem exigido um aumento de produção de energia elétrica na base de 14% ao ano. As empresas concessionárias, não dispondo mais de capital, têm recorrido a empréstimos. Não podendo mais dar garantias, têm recorrido às garantias do governo. E aos que apontam a crise de energia elétrica por não auxiliar as empresas concessionárias, respondo com o documento de US\$ 312 milhões de certificados de prioridade cambial, concedidos como garantia de empréstimos para energia elétrica”.

Getúlio aponta, então, as providências tomadas:

“Mas eu não posso concordar com a inflação de capital, nem empréstimos fictícios, nem ainda com uma resistência tenaz dos que acreditam que a manipulação dos instrumentos de formação da opinião pública seja suficiente para assegurar a consolidação de negócios contra o povo. O trabalho de revisão dos empréstimos e de capital dessas empresas é sempre demorado e ainda não me chegou às mãos. Entretanto, informações positivas que foram colhidas num levantamento feito em quatro empresas em São Paulo apontam uma majoração de US\$ 38.803.021,00 no capital e US\$ 24.708.679,00 nos empréstimos, além de 1 milhão, 366 mil e 671 libras no capital e 631 mil e 307 mil libras nos empréstimos. Este fato ainda não é tudo. Pedem, as empresas de serviços públicos, câmbio para pagar as instalações a serem feitas. E pedem uma base média de US\$ 30 milhões por ano. Nessas condições, não há investimento. Se fornecer, através do câmbio, dólares para a compra das instalações, onde está o capital estrangeiro? Eu não pretendo nacionalizar nem os bens nem o capital estrangeiro. Não pretendo encampar nem desapropriar empresas. O que tenho o dever de evitar é a desnacionalização do Brasil”.

Continuará na próxima edição